

**CEM - Centro de Estudos Migratórios
(Federação dos CEMs J. B. Scalabrini)**

Publicação quadrimestral, voltada ao estudo e divulgação da realidade do migrante a partir dos diferentes ramos do conhecimento: social, político, econômico, religioso, demográfico, educacional, cultural etc.

Diretor:

Alfredo José Gonçalves

Editora:

Marilda Aparecida Menezes

Jornalista Responsável:

José Domingos Bragheto (Mtb 8763)

Secretaria de Redação:

Dirceu Cutti

Wanderluce Pessoa Bison

Conselho Editorial:

Carlos B. Vainer

Cláudio Ambrózio

Dom Antônio Possamai

Edgard Malagodi

Ermínia Maricato

Fermino Fecchio

Francisco Nunes

José de Souza Martins

José Giacomo Baccarin

José Guilherme C. Magnani

José Jorge Gebara

José J. Queiróz

Luiz Bassegio

Marília P. Sposito

Milton Schwantes

Capa:

Mário Brito

Produção Gráfica:

2M Criação e Produção Gráfica Ltda.

Rua Conselheiro Nébias, 263 - 10º andar - Campos Elíseos

CEP 01203 - São Paulo - SP - Tel.: (011) 222-4570

Editores de Arte:

Mário Brito e Mário Lucena

Diagramação e Arte Final:

Luiz C. Costa, Jorge Mariano e Marcelo Martines

Composição:

2M Criação e Produção Gráfica

Fotolito:

DJO e AJATO

Impressão:

Gráfica Peres Ltda.

Endereço para correspondência:

Rua Vasco Pereira, 55 - Liberdade - CEP 01514 - São Paulo - SP

Telefone para contato (011) 278-6227

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores.

Assinatura anual:

Cr\$ 3.000,00

Assinatura de apoio:

Cr\$ 5.000,00

Número avulso:

Cr\$ 1.200,00

Exterior:

US\$ 20,00

ESTRANGEIROS

**O ESTRANGEIRO E SUA
SITUAÇÃO JURÍDICA NO BRASIL**
Belisário dos Santos Jr.

5

**BRASIGUAIOS:
OS CAMPONESES E AS REGRAS
DO JOGO POLÍTICO NAS
FRONTEIRAS DO CONE SUL**
Márcia Anita Sprandel

9

**LATINOS NOS EUA - UNINDO
AMÉRICAS, FAZENDO
A AMÉRICA DE LÁ OU
PERDENDO A NOSSA AMÉRICA?**
Mary Garcia Castro

14

ITÁLIA, PAÍS DE IMIGRAÇÃO
Graziano Tassello

21

**FESTIVIDADE DE NOSSA
SENHORA DE COPACANANA
MOTIVO DE UNIÃO DOS
MIGRANTES BOLIVIANOS
NA ARGENTINA**
Isabel Laumonier

27

**HISPANO-AMERICANOS,
OS PRESENTES AUSENTES**
Cláudio Ambrózio
Mário Geremia
Rita Bonassi

37

**RELATO DE EXPERIÊNCIA
OS REFUGIADOS NA AMÉRICA
CENTRAL**
Gabriela Rodríguez P.

41

AS MIGRAÇÕES NO MUNDO

S

e tomarmos hoje o mapa-mundi e tentarmos visualizar graficamente o que vem ocorrendo em termos de deslocamentos humanos, provavelmente teríamos ante nossos olhos um emaranhado de setas, tal a magnitude do fenômeno.

É difícil, se não impossível, expressar numericamente com exatidão o volume da mobilidade humana atualmente em curso. Trata-se de verdadeiras ondas que se levantam a partir dos mais diversos pontos do planeta. São milhões de pessoas que com seu corpo, não raro apenas com ele, muitas vezes mutilado por fora e por dentro, vão pisoteando fronteiras, driblando controles, ultrapassando leis.

Refugiados, deslocados, prófugos, exilados, extra comunitários, imigrantes, emigrantes, ou simplesmente migrantes - são alguns dos termos mais em voga que tentam dar conta da sua descrição. Não raro o termo xenofobia anda paralelo. Muitas contradições e especificidades acompanham cada avalanche em direção aos seus mais diversos destinos, certos ou incertos. Mas em meio às mudanças que sacodem a história neste limiar de virada de século - o asfíxiamento das economias do 3º Mundo, a derrocada dos regimes do Leste Europeu e as iniciativas em curso para a formação de blocos econômicos dos países do 1º Mundo - uma tendência,

embora não exclusiva, parece estar definindo um novo fio de meada em termos de direcionamento global.

É o crescente êxodo proveniente dos países relegados ao subdesenvolvimento em direção àqueles economicamente hegemônicos.

Tanto assim que no velho continente europeu há quem já fale numa possível repetição do acontecido quando da invasão do Império Romano pelos povos bárbaros.

É difícil adivinhar o grau que esta escalada atingirá, bem como a configuração de seu rosto futuro, mas pode-se antever que o maciço deslocamento de populações que poderá aduzir-se ao atual deixará profundas marcas na face da história dos povos.

Travessia, ao contemplar a realidade dos Estrangeiros, tendo como pano de fundo o macro universo migratório, buscou particularizar algumas facetas deste fenômeno intenso, variado, multifacetado e, freqüentemente, dilacerado!

Em quatro momentos aparece contemplada a realidade referente aos imigrantes ou emigrantes de nosso país: a) na análise retrospectiva e atual da Lei dos Estrangeiros; b) num estudo da realidade dos chamados "brasiguaios"; c) num relato da situação dos hispano-americanos que para cá vieram e d) a partir de um contexto mais amplo, o da presença de latinos nos EUA, um destaque para a emigração de brasileiros em direção àquele país.

No tocante à Comunidade Econômica Européia, o caso específico da Itália, que em linhas gerais ilustra a tendência acima descrita.

Com relação à realidade dos refugiados, não apenas a descrição, mas um relato de experiência de trabalho junto aos mesmos na pequena e sofrida América Central. Por fim, ressaltando os laços culturais e religiosos que os migrantes carregam e reproduzem, um enfoque sobre a presença dos bolivianos na Argentina.



COMPLETE A COLEÇÃO

Veja a relação dos números de TRAVESSIA - Revista do Migrante já publicados e solicite os de seu interesse.

Preços promocionais, válidos até 31 de dezembro de 1991

Preço atual do número avulso: 1.200,00

Preço de promoção: 600 cruzeiros



CAMPANHA DE ASSINATURAS

Faça 3 novas assinaturas e ganhe sua renovação automática, válida por mais um ano, ou por dois anos se enviar 5 assinaturas.

Junto ao endereço dos novos assinantes informe a atividade que cada um desenvolve. Não esqueça o CEP.

Lembre-se: a publicação é quadrimestral e os preços vigentes são os que constam na segunda capa do último número publicado.

Forma de pagamento: cheque nominal ao Centro de Estudos Migratórios

Endereçar para Revista TRAVESSIA
Rua Vasco Pereira, 55 - Liberdade - CEP 01514
São Paulo - SP - Fone: (011) 278-6227

Preços / assinatura

Assinatura anual
Cr\$ 3.000,00

Assinatura de apolo
Cr\$ 5.000,00

Número avulso
Cr\$ 1.200,00

Exterior: 20 dólares

O ESTRANGEIRO E SUA SITUAÇÃO JURÍDICA NO BRASIL

Belisário dos Santos Jr.*

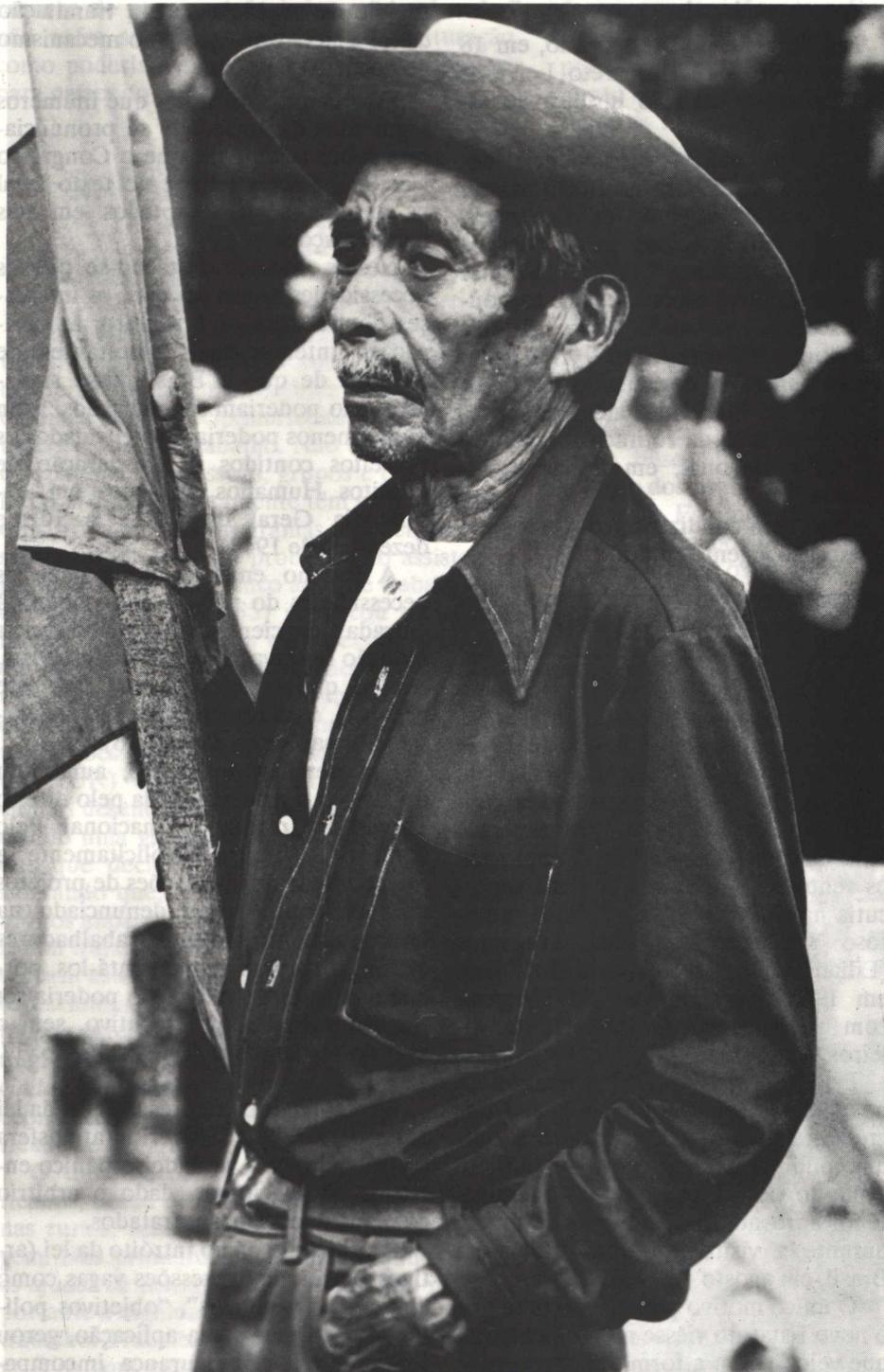
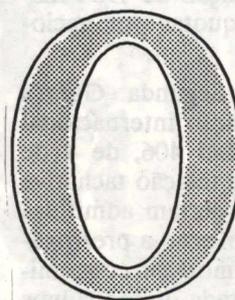


Foto: Comitê de Solidariedade ao Povo de El Salvador

HISTÓRICO



O mundo começa a ficar cada vez menor. As barreiras da nacionalidade são frágeis para conter a expansão das grandes corporações ou os fenômenos regionais de integração econômica e social e os processos migratórios que podem acompanhá-los.

A queda do Muro de Berlim, o fenômeno da unificação econômica e jurídica da Europa e as tratativas em torno de um mercado latino-americano exigem um repensar sobre o conceito de "estrangeiros" e sua regulação pelo direito.

Historicamente, apenas razões de extrema importância conduziram a alterações legais nesse tema.

O DIREITO ANTERIOR

No início da República, abolida há pouco a escravatura, era necessário formalizar política de incentivo à imigração, notadamente em substituição ao trabalho escravo, na lavoura. Assim, a primeira Constituição Republicana determinou a "grande naturalização" considerando cidadãos brasileiros aqueles que, achando-se no Brasil, a 15 de novembro de 1891, não declarassem o ânimo de conservar a nacionalidade de origem, no prazo dado (art. 69). Era igualmente assegurado ao estrangeiro o direito de entrar e sair livremente do território nacional, "independentemente de passaporte" e inclui (curiosamente, em meio à declaração de direitos) a permissão do Executivo de expulsar súditos estrangeiros perigosos à ordem pública ou nocivos aos interesses da República (art. 72, §§ 10 e 33).

A crise econômica do fim dos anos 20 fez com que fosse editado, pelo Governo Provisório, o decreto 19.482, de 12 de dezembro de 1930. A lei dos dois terços, como ficou conhecido o decreto, determinou a reserva no comércio e na indústria da proporção de dois terços do número de empregados para brasileiros natos.

Para ainda mais disciplinar a imigração, adequando-a às necessidades nacionais, a Constituição de 1934 instituiu o sistema de quotas por nacionalidade.

Às vésperas da Segunda Guerra Mundial, ante a situação internacional vigente, o Decreto Lei 406, de 4 de maio de 1938, trouxe relação tachatativa das pessoas que não seriam admitidas no Brasil e deu ao governo a prerrogativa de limitar, por motivos econômicos ou sociais, a entrada de indivíduos de determinadas raças ou origens.

Finda a guerra, até mesmo ante a necessidade de acolher as correntes migratórias por ela determinadas, o Decreto Lei 7.967 de 18.09.1945, enunciava que o visto permanente seria concedido ao estrangeiro que estivesse em condições de permanecer no Brasil e nele pretendesse se fixar (artigo 9º), sendo necessário para sua obtenção tão somente passaporte e prova de saúde (artigo 12). Como curiosidade, assi-

nale-se o artigo 2º dessa lei a dispor que seria atendida, na admissão dos imigrantes, a necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência européia!

Em 1969, já vigente o AI-5, editou-se lei especial regulando a expulsão de estrangeiro que atentasse sobretudo contra a segurança nacional, a ordem política ou social, ou cujo procedimento o tornasse nocivo ou perigoso aos interesses nacionais.

Em seguida, no mesmo ano, em 18 de outubro, veio o Decreto Lei 941, redefinindo a situação jurídica do estrangeiro.

A partir daí, a permanência definitiva do estrangeiro no Brasil passou a ser decidida segundo exigências extralegis, estabelecidas pelos "órgãos federais competentes" (art. 19, §1º). A estada definitiva do estrangeiro tornou-se exceção. Inovando sobre as leis anteriores, o Decreto Lei 941/69 criou crimes especiais, cominando penas de privação de liberdade, além de pecuniárias, ao lado da retirada forçada do território nacional, em inúmeras hipóteses.

Tudo bem condizente com o regime de exceção vigente então.

A LEI DE 1980

O envio ao Congresso da mensagem presidencial nº 64/80, que resultou na lei nº 8.615, de 19 de agosto de 1980, alterando a lei de estrangeiros anterior, frustrou a opinião pública brasileira que esperava uma lei mais liberal. Afinal, sopravam os ventos da abertura... E ainda repercutia na consciência brasileira o rumoroso seqüestro de dois uruguaios (Lilian Celiberti e Universindo Diaz), em 1978, por militares do Uruguai, com participação de policiais brasileiros.

Duas circunstâncias marcaram a nova lei. O projeto foi enviado ao Congresso, sem qualquer consulta à opinião pública, em maio de 1980, durante visita do Gen. Figueiredo à Argentina. E foi aprovado, por decurso de prazo, durante a visita do Gen. Videla ao Brasil, em agosto de 1980.

O único motivo ponderável para que o novo Estatuto viesse no momento em que veio, e com a forma tão repressiva

ao estrangeiro que trouxe, parecia residir na necessidade de desencorajar a vinda ao Brasil de latino-americanos, principalmente provenientes de regimes de força do Cone Sul, de onde fugiram por motivos preponderantemente políticos ou econômicos.

Era a plena vigência, com conotações internacionais, da doutrina de segurança nacional, ainda bem viva e atuante.

De outra forma não se atenderia o regime de urgência para a tramitação da lei e sua aprovação pelo mecanismo do decurso de prazo.

Foi encorajador notar que inúmeros segmentos da sociedade se pronunciaram sobre a lei, para que o Congresso Nacional fizesse refletir no texto legal os anseios sociais captados em tais manifestações.

Nesses debates destacou-se que as necessidades atuais do país, os interesses do trabalhador brasileiro, as obrigações internacionais resultantes de tratados de que o Brasil fosse signatário não poderiam ser relegados. Nem muito menos poderiam ser olvidados os preceitos contidos na Declaração de Direitos Humanos, firmados em Assembleia Geral da ONU, a 10 de dezembro de 1948.

A lei, no entanto, desatendeu às necessidades do país, criando óbices à entrada de cientistas. Possibilitou a redução imotivada da estada do turista, com o que contrariou real interesse nacional, o incremento ao turismo (artigos 12 parágrafo único e 26).

Em nenhum momento, aumentou ou alterou a proteção dada pelo direito vigente ao trabalhador nacional. Pelo contrário, admitiu implicitamente a possibilidade de instalações de projetos multinacionais, como denunciado na imprensa, com a vinda de trabalhadores estrangeiros para implementá-los, porque a política de imigração poderia ser traçada pelo Poder Executivo, sem o aval do Parlamento (artigos 15, 16, 17, 18 e 128).

Sem corrigir os rigores e vícios da lei anterior, a lei de 1980 criou atmosfera de insegurança e verdadeiro pânico entre os não-nacionais, dado o arbítrio com que poderiam ser tratados.

A utilização, já no intróito da lei (artigos 2 e 3), de expressões vagas como "interesses nacionais", "objetivos políticos" a nortear a sua aplicação, gerou sentimento de insegurança incompa-

tível com a noção de certeza que o direito deveria trazer.

A possibilidade do impedimento da entrada de um integrante da família ser estendido a todo o grupo familiar se encontrava no artigo 26, parágrafo 2º, violando princípio de direito segundo o qual pena alguma passa da pessoa do delinquente. O impedimento, como regra, à legalização das situações irregulares, afrontante do bom senso e do sentimento generoso do povo brasileiro, vem expressamente contemplado no art. 37.

A obrigação, em várias hipóteses, de delação do estrangeiro ao Ministério da Justiça, vinha tratada nos artigos 44 e ss.

A regularização, em alguns casos, da situação dos estrangeiros aqui aportados até 31 de dezembro de 1978, dependeria de acordos bilaterais com os países de origem, sendo uma das cláusulas a de que esses países paguem as despesas de deportação, em caso de negativa dessa regularização... O confinamento, nesse mesmo caso, se torna possível pela combinação dos artigos 132, I e 18.

AS ALTERAÇÕES DE 1981 - A LEI ATUAL

Mas as pressões da opinião pública, auxiliadas pelo horror que aquela lei produziu no plano internacional, causaram dois efeitos positivos. Primeiro, a lei não foi aplicada com o rigor que seu texto permitiria. Em segundo lugar, o Congresso Nacional editou em 9.12.81 a Lei nº 6.964, reduzindo alguns excessos da lei de 1980.

E, hoje, a lei vigente é a 6.815/80 com as alterações da Lei nº 6.964/81.

As correções foram poucas mas significativas. Reintroduziu-se o visto temporário para ministros da confissão religiosa. A existência do cônjuge (tanto esposa, quanto marido) e/ou filhos brasileiros voltou a ser impeditiva da expulsão. Foram algumas das mudanças. Mas permaneceram inúmeros vícios antigos, já apontados, que tornam a lei vigente lei contra os estrangeiros. Foi com base nesta lei que, anos atrás, o governo tirou a validade das carteiras dos estrangeiros permanentes, determinando sua troca por documentos

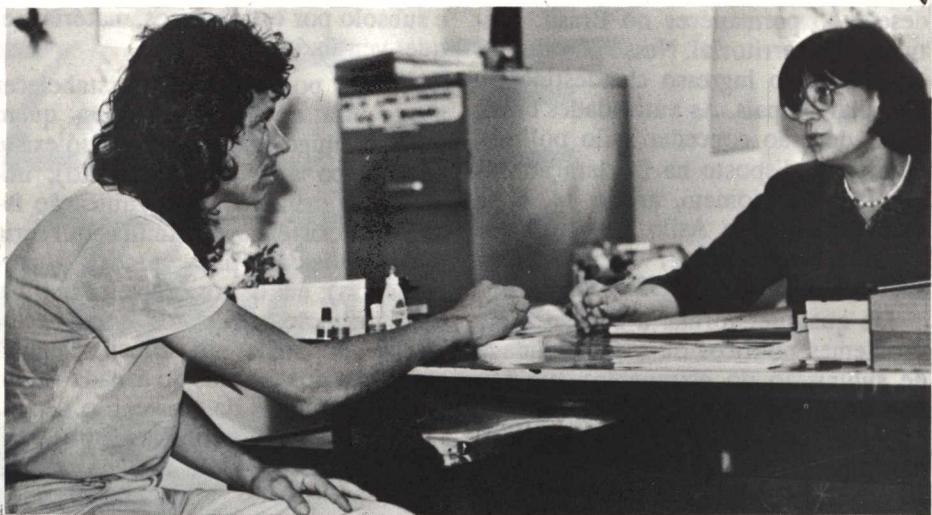


Foto: Rita Bonassi

provisórios, a pretexto de recadastrá-los, causando pânico generalizado entre os estrangeiros, alguns dos quais há dezenas de anos no Brasil.

A PROPRIEDADE DA TERRA - AS GRANDES CORPORAÇÕES TRANSNACIONAIS

A lei não tocou, para dar dois exemplos, no problema da propriedade da terra por estrangeiros, empresas ou pessoas físicas, e não disse uma palavra sobre a questão das empresas estrangeiras. O brasileiro foi "protegido" apenas de alguns estrangeiros, justamente aqueles que, em sua grande parte, só podiam aspirar à obtenção de subempregos ou ao exercício de funções inteiramente diversas da colaboração que poderiam emprestar, não fosse a própria situação irregular e a exploração que dela se faz.

A RETIRADA FORÇADA DO ESTRANGEIRO

As situações mais dramáticas ocorrem quando da retirada forçada de estrangeiros do Brasil, principalmente por meio da deportação ou da expulsão. Aquela consiste em fazer abandonar o território nacional o estrangeiro que nele tenha entrado clandestinamente ou nele permanecido irregularmente. A expulsão tem consequências mais graves, como a impossibilidade de retorno ao Brasil. Para ela

se exige que o estrangeiro tenha praticado algum ato concreto, no mais das vezes, um crime contra a segurança nacional, a moralidade pública, a economia popular etc.

É importante assinalar que, de ordinário, o estrangeiro será deportado ou expulso para o país de nacionalidade ou de procedência anterior. Isto, muitas vezes, agravará ainda mais uma situação inicial de injustiça.

Que circunstâncias podem ser argüidas para afastar tais medidas? Em que casos poderá permanecer no Brasil? Quando poderá impedir seu reenvio para o país de origem?

É evidente que, de início, o estrangeiro pode tentar demonstrar que é regular sua estada no Brasil ou não ter praticado o ato nocivo que lhe é atribuído, ou que a conduta cometida não tem caráter legalmente relevante.

Na deportação que só pressupõe a irregularidade da permanência no Brasil, o estrangeiro, de regra, não pode ser preso, prevendo a lei seja ele notificado para deixar o país espontaneamente, em 8 dias.

A existência de família brasileira também pode ser expressamente alegada. Além das disposições da Lei de 1981, a própria Constituição Federal, hierarquicamente superior ao Estatuto dos Estrangeiros, protege a família e veda a extradição ou o banimento de brasileiro, o que seria indiretamente determinado pela saída compulsória de um integrante do grupo familiar.

Em casos de perseguição política, o estrangeiro poderá buscar refúgio junto ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) ou,

desejando permanecer no Brasil, postular asilo territorial. Nesse ponto pouco importa o ingresso clandestino ou irregular no país. As autoridades brasileiras deverão conceder asilo político, atentas ao disposto na Declaração dos Direitos do Homem, artigo 14, e na Convenção sobre Asilo Territorial de Caracas, artigos II a V, vigente no Brasil, desde o Decreto 55.929/65.

De qualquer forma, a existência de problemas políticos ou a possibilidade de submissão do estrangeiro, em seu país de origem, a tribunais de exceção, impedem sua deportação ou expulsão para aquele Estado.

Estes são alguns dos argumentos que podem ser levantados seja na esfera administrativa, fase obrigatória na expulsão, seja através do remédio do "habeas corpus", que qualquer cidadão pode impetrar, em qualquer dos casos.

AS "ANISTIAS" DE 1981 E 1988

Em duas oportunidades foi concedida aos estrangeiros irregulares possibilidade de legalizar sua situação jurídica. Em 1981 e 1988. Ambas vieram em momento difícil da vida brasileira e latino-americana. A credibilidade nas instituições ainda era pequena. Isto somado a prazos reduzidos, elevadas taxas e pouca divulgação, redundou em atendimento inferior a 27.000 estrangeiros em 1981 e 30.000 em 1988. Um nada, diante da imensidão do problema.

AS EXIGÊNCIAS DE UMA LEI JUSTA

A atual lei deve ser profundamente modificada para se adaptar à nova realidade social e política e perder sua roupagem predominantemente punitiva.

A revisão da lei deve ter em conta que a empresa jurídica estrangeira - e não o trabalhador estrangeiro - é que pode eficientemente ferir os interesses do trabalhador brasileiro. Da concorrência com o trabalhador estrangeiro, os brasileiros já estão suficientemente protegidos por legislação pré-existente.

Uma lei séria e definitiva deveria, além desse problema da empresa jurídica estrangeira, enfrentar a propriedade de terras e de riquezas do solo

e subsolo por estrangeiros, matérias sequer ventiladas na lei atual.

Outros pontos a rever: restabelecer a garantia de permanência a quem tenha cônjuge brasileiro (hoje só existe após cinco anos de casamento); implantar o princípio da reunificação familiar (a existência de família aqui seria motivo eficiente para garantir a permanência); em certos casos, permitir a transformação de vistos sem necessidade de saída do Brasil; regulamentação dos direitos do asilado (atenta aos princípios da convenção de Caracas, de 1954, que assegura a proteção ao perseguido desde a entrada no país concedente); estabelecer a proteção do refugiado reconhecido pela ONU (ampliando o conceito, a exemplo de inúmeros outros países, e estabelecendo o Brasil como país final de refúgio); tornar mais flexível a estadia de missionários e estudantes; erradicar penas infames como o impedimento e o confinamento; estabelecer o direito de defesa nos processos de deportação; estender aos filhos de estrangeiros, mesmo irregulares, direito à educação e saúde.

De igual relevo seria estabelecer canais eficientes para a participação dos trabalhadores brasileiros na elaboração de uma política de imigração justa, coerente com a formação da nação brasileira.

Por último, ocorre grifar a importância da concessão de uma anistia àqueles irregulares que, à época da promulgação da nova lei, já estejam integrados à vida brasileira. Esta providência deverá guardar (para que tenha alcance) forma não policial, não excessivamente burocrática, gratuita e definitiva.

Hoje, após a elaboração da nova Constituição e a realização de eleições diretas e livres, em todos os níveis, o quadro é diferente do momento das "anistias" anteriores. Iniciado o restabelecimento da confiança popular nas instituições, deveria se dar curso ao espírito ali contido e prejudicado pelas circunstâncias atrás apontadas.

O TRABALHO DAS ORGANIZAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

As Organizações de Direitos Humanos, notadamente as vincu-

ladas à Igreja, como a Comissão Justiça e Paz e o Serviço Pastoral dos Migrantes, vêm, nestes anos, apresentando propostas alternativas à lei ou formulando sugestões aos projetos de reformulação da lei apresentados.

Mais recentemente ofereceram comentários e propostas de alteração ao texto elaborado pela Comissão Interministerial constituída pelo Ministério da Justiça para revisão da lei nº 6815/80.

Por vezes, tem-se ido aos Tribunais, na busca de uma interpretação mais justa para a lei.

No entanto, é de fundamental importância entender que uma lei injusta não se combate só nos Tribunais, embora sejam estes, por vezes, campos de lutas dos mais importantes em tal peleja.

Cumpra aos vários segmentos da sociedade civil continuar se pronunciando por todas as formas lícitas a respeito de lei tão acintosamente contrária aos verdadeiros interesses brasileiros e às nossas mais generosas tradições.

Aos juristas, aos legisladores cabe a tarefa de propor lei nova, que regule a situação dos estrangeiros, de forma mais justa.

A todos, indistintamente, compete zelar pelo respeito e pela promoção dos direitos da pessoa humana, como o direito à vida, à liberdade, à livre locomoção, direito à privacidade, direito ao refúgio contra a perseguição injusta, direito ao trabalho, à liberdade de expressão, direito, enfim, a uma ordem internacional justa em que tais direitos e liberdades possam ser plenamente realizados, para todos, cidadãos e estrangeiros.

**Belisário dos Santos Jr. é advogado em São Paulo, membro da Comissão Justiça e Paz; da Associação de Advogados Latino-Americanos pela Defesa dos Direitos Humanos - AALA; e do comitê de Expertos para Prevenção da Tortura nas Américas (CEPTA).*

"Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade".

(Declaração dos Direitos do Homem, artigo 1º)

BRASIGUAIOS:

OS CAMPONESES E AS REGRAS DO JOGO POLÍTICO NAS FRONTEIRAS DO CONE SUL

Márcia Anita Sprandel*

Foto: Almir Boff



NAS FRONTEIRAS DO CONE SUL

designação *brasi-guaios*, que vem a público no início de 1985, coetânea à mobilização de cerca de mil famílias de camponeses por terra - sob a forma de um acampamento, no município de Mundo Novo (MS) - está intrinsecamente ligada a pelo

menos três categorias de atribuição: *estrangeiros*, *brasileiros* e *imigrantes*. A imposição da condição de *estrangeiros* aos pequenos proprietários agrícolas que penetram em território paraguaio, para cultivar soja, algodão e outras lavouras comerciais, notadamente a partir dos anos setenta ⁽¹⁾, produzirá a consciência de *ser brasileiro* e a concretização, para segmentos dos mesmos, da condição jurídica de *imigrante*. As contradições decorrentes da situação de se definirem e serem definidos pelas três atribuições, permitiram o surgimento de uma quarta, que assimilava elementos mas também marcava diferenças com as mesmas, qual seja: *brasi-guaios*. Para analisarmos a constituição destas quatro categorias, tomamos como ponto de partida os dados coletados em trabalho de campo ⁽²⁾ junto àquelas primeiras famílias que, em junho de 1985, retornaram de forma massiva e

organizada ao Brasil, reivindicando a preferência na obtenção de terras através do processo de reforma agrária que então se anunciava ⁽³⁾. Foram elas que empunharam pela primeira vez a atribuição *brasiguaios* como bandeira de luta por terra e cidadania ⁽⁴⁾. O resultado de sua mobilização foi a desapropriação por interesse social de uma área de 16.580 hectares, onde foi criado o Projeto de Assentamento (PA) Novo Horizonte, no município de Ivinhema (MS), onde se encontram assentadas ⁽⁵⁾.

A VERSÃO DOS DOCUMENTOS

Os documentos, redigidos pela assessoria do movimento sindical dos trabalhadores rurais ⁽⁶⁾, tendo como base as informações obtidas em reuniões sucessivas com os trabalhadores antes e durante a mobilização pela terra, se caracterizam pelo relato dos motivos de saída do Brasil, das dificuldades enfrentadas no Paraguai e pela reivindicação de terras no país de origem. No documento intitulado "Carta à População", datado em Mundo Novo, no dia 21 de junho de 1985, a ênfase recai na denúncia, sem maiores detalhes, dos principais problemas envolvendo pequenos produtores agrícolas brasileiros e autoridades e comerciantes paraguaios, quais sejam: documentação, comercialização dos produtos agrícolas, titulação das propriedades e violência policial. Percebe-se alguma ênfase na nacionalidade através da expressão "terra natal", embora a referência mais clara ao deslocamento espacial realizado o defina como *imigração*, em busca da manutenção da condição camponesa:

"Somos de todos os Estados do Brasil (...) Fomos obrigados a deixar a terra natal para não viver como bóia-fria. Imigramos para o Paraguai". (Carta à população, Mundo Novo, 21/06/85).

Em abril de 1986, pequenos produtores agrícolas brasileiros ainda residentes no Paraguai, mas organizando-se para o retorno ao Brasil, enviam ao Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário um documento minucioso, que analisa a conjuntura econômica e política que teria provocado a sua saída do país, nos anos setenta, e uma relação de casos de violência contra camponeses, em território para-

guauio, além de outros problemas, já apontados no documento anterior:

"Somos milhares de lavradores brasileiros (...) da mesma forma como fomos expulsos de nossas terras estamos sendo atirados gradativamente para fora do Paraguai (...) Nossas crianças não se adaptam à língua que é uma mistura de guarani com castelhano (...). A nossa volta ao Brasil não é só por causa da Reforma Agrária (...) e sim a situação de cativo que estamos vivendo há muito tempo que não dá mais para agüentar (...). Temos o direito de retornar à nossa terra (...) estamos preparados para regressar à nossa pátria. A nossa situação é péssima, e pior que a de refugiados (...) somos as principais vítimas do falso milagre brasileiro, no qual nos fizeram acreditar." (Carta a Nelson Ribeiro, Campo Grande, 1/4/86) (g.n.)

Na representação desses pequenos produtores agrícolas há uma incorporação das condições de *estrangeiros e brasileiros* vividas no Paraguai, que lhes permite reivindicar direitos de cidadania plena. Neste contexto de relação com os órgãos fundiários oficiais, apresentam-se como *lavradores*, reafirmando a condição de pequenos produtores agrícolas que os caracteriza. Assinam-se *brasiguaios*, definindo-se como *brasileiros expulsos* do país de origem e *atirados no Paraguai*, onde teriam se transformado em *cativos*. Relatam que naquele país são explorados, ameaçados e torturados. Permanecer significaria impor aos descendentes a perda da língua-pátria, um dos atributos mais fortes de nacionalidade. Caracterizam-se como *refugiados*, *vítimas* do chamado "milagre brasileiro" e reivindicam o justo direito de, enquanto *brasileiros*, retornarem à sua *pátria* com as condições materiais de existência necessárias para sua reprodução. A valorização da fronteira político-administrativa que perpassa o território por onde realizaram seus deslocamentos reafirma a condição de cidadãos destes camponeses e justifica seu assentamento emergencial em território brasileiro.

A REPRESENTAÇÃO DOS TRABALHADORES

As afirmativas apresentadas nos documentos, embora nunca desmentidas ou negadas, podem ser relativizadas a partir dos depoimentos dos chamados *brasiguaios* assentados

no PA Novo Horizonte. O tempo e a distância permitiram que se relativizasse inclusive a própria homogeneidade da expressão *brasiguaios*. Internamente diferenciam-se pela naturalidade ⁽⁷⁾ e pela tradição anterior na relação com a terra, que estabelece uma diferenciação econômica: pequenos proprietários, arrendatários, assalariados ou posseiros. Distinguem-se ainda pelo grau de penetração geográfica no Paraguai, onde os "mais de dentro" seriam aqueles que viviam próximos aos distritos paraguaios do Departamento Canindeyu, os "da Internacional" os que residiam próximos à fronteira seca do dito Departamento com o Estado do Mato Grosso do Sul. Esta distinção terá como consequência o grau de consciência de estarem vivendo em um outro país, conforme o convívio maior ou menor com a população e as instituições paraguaias.

Os pequenos proprietários

Os pequenos proprietários, com certeza, tinham uma idéia clara de estarem se transferindo para o Paraguai, enquanto Estado-Nação distinto. Em grande parte, eram atraídos pelas propagandas de companhias colonizadoras que agiam no oeste do Paraná. Os corretores dessas companhias tinham o cuidado de divulgar as facilidades então oferecidas pelo governo paraguaio (isenção de impostos e crédito bancário) e algumas chegavam a alardear a possibilidade das terras virem a converter-se em brasileiras, conforme relata um membro de uma família catarinense que vivia em Palotina (PR):

"Então se fazia uma propaganda, inclusive se usava até as rádios locais. Propaganda de terras no Paraguai, terras férteis. E os corretores usavam uma tática, lembro até hoje, diziam que lá ia ser Brasil. Bem naquela época coincidiu com a construção de Itaipu. Diziam que o Paraguai não tinha dinheiro pra pagar a usina pro Brasil, que ia ceder a terra, que essa região onde as firmas estavam vendendo as terras ia pertencer... ia entrar no negócio da Itaipu. Então isso era uma tática que eles usavam pra animar o povo a morar nesse... no Paraguai". (VMD, PA Novo Horizonte, junho de 1990)

Os arrendatários “da Internacional”

Entre os arrendatários, temos aqueles que trabalhavam em imóveis de grandes proprietários brasileiros, situados nas proximidades da fronteira seca, às margens da rodovia MS-165, mais conhecida como “Internacional”. Para estes, as redes de mercado e sociabilidade eram efetivadas com os municípios sul-matogrossenses próximos, como Japorá, Paranhos e Mundo Novo. Designações como *estrangeiro* ou *imigrante* não faziam parte de seu cotidiano, onde o Paraguai era antes um nome do que uma realidade de fato. Questionado, um ex-arrendatário da região se representava como “livre”, ou seja, quase sem controle pelas autoridades paraguaias:

“Eu não era estrangeiro lá porque a gente não usava tanto o Paraguai para negociar, pra vender. Sempre era livre. Morava perto da Internacional, então não dependia de fazer tanto documento. Eu era brasileiro. Porque, afinal de contas, era brasileiro!” (JLM, PA Novo Horizonte, abril de 1991)

Este mesmo informante é um dos que, como seus vizinhos, nos permitiram registrar de que forma as diferentes inserções naquele país não impediram que elaborassem um discurso ideal, na época da mobilização, homogeneizador dos componentes da atribuição *brasiguaios*:

“Sabia que tava no Paraguai, não era Brasil. Mas sobre o paraguaio amolar a gente, ali eles não mexiam com a gente. Então a gente fez uma onda que o paraguaio ali, e coisa, para gente ganhar a terra. Não dizer que o paraguaio não batia, que de fato batia (...). Ali nós acompanhava os outros que tava apanhando também, nós entremo na mesma.” (JLM, PA Novo Horizonte, janeiro de 1991)

Os pequenos proprietários, arrendatários e posseiros “mais de dentro”

Os camponeses brasileiros que arrendavam eram posseiros ou pequenos proprietários próximos às localidades de La Paloma, Puente Kyjhá, Katuetê e



Foto: Arquivo CEM

Guadalupe, entre outras, pertencentes ao distrito Salto del Guairá, departamento Canindeyú, referem-se a aspectos bastante positivos da permanência no país, como crédito bancário facilitado para os proprietários, a fertilidade do solo e o clima, apontado como “sadio”, como se percebe no relato deste camponês, pequeno proprietário por quinze anos nas proximidades de Puente Kyjhá:

“Eu mesmo trabalhei com banco lá

uns oito anos. Banco Fomento. Lá é muito melhor de trabalhar do que aqui! (...) Em banco é! (...) Pra trabalhar é muito bom lá, é uma beleza! Terra boa, e produz. Sadio. Lá é uma saúde que pra você ver, que beleza!” (WFM, PA Novo Horizonte, janeiro de 1991)

No entanto, os conflitos com as autoridades locais, relativos a taxas e documentos, e ao considerado excessivo rigor no cumprimento da lei, além de problemas com os intermediários

paraguaios, teriam dificultado sobremaneira a permanência naquele país.

"Não era tão pior! Só que a gente nunca tava liberto. Nunca! Uma hora tava de acordo, outra hora tava aborrecido. Muito desaforo, né?" (JD, PA Novo Horizonte, janeiro de 1991)

"Mas lá é severo! Se o cabra fizer qualquer malandragem lá, lá ele tem lei! Lá é severo! Lá é boca quente! (...) Então os brasileiro sabia, então trabalhava de acordo." (MAS, PA Novo Horizonte, janeiro de 1991)

Registramos, ainda, uma visão quase unânime, tanto entre os camponeses que retornaram quanto entre os que permanecem no Paraguai, que tende a não reconhecer a condição de pequeno produtor rural do paraguaio, estranhando suas técnicas tradicionais de cultivo, caça e coleta, e seus hábitos alimentares:

"Ele tem uma moitinha de mandioca, do tamanho desse terreiro aqui, e daquilo ele vive. Vai ver que você vê um paraguaio no mato, trabalhando no roçado? Não vê, só brasileiro! Só puro brasileiro trabalha!" (AL, PA Novo Horizonte, janeiro de 1991)

"O sistema deles não combinava, eles têm uma combinação, um ritmo de alimentação que pra nós não serve, eles têm um ritmo assim, quase como um ritmo de índio." (AV, PA Novo Horizonte, janeiro de 1991)

Os camponeses com maior contato com a população paraguaia distinguem-se internamente entre aqueles que se configuravam como maioria ou minoria étnica. Para os primeiros, a noção operacional é *imigrante*, relacionada ao documento que lhes era exigido, o "carnet de imigrante":

"Eu tinha a documentação toda de lá. Mas eu nunca senti estrangeiro. A vontade mesmo era ser brasileiro (...). Eu não sentia como naturalizado, eu sentia como imigrante, porque a minha vontade sempre era a de vir embora (...) Porque se eu entro lá eu sou imigrante. Lá tem que ser imigrante. Justamente porque você tem uma carteira de imigração. Então a gente era imigrante." (WFM, PA Novo Horizonte, abril de 1991)

Nas localidades onde os camponeses brasileiros formaram, no início dos anos setenta, uma minoria étnica, registram-se casos mais freqüentes de litígios com pequenos produtores agrícolas paraguaios e problemas graves de titulação de terra, envolvendo autori-

dades militares. No relato deste pequeno proprietário que viveu treze anos na localidade de Yjhoví, distrito de Corpus Cristi, a categoria *estrangeiro* é utilizada para demonstrar a situação de insegurança na qual viviam:

"No começo eles falavam que nós tava como que massacrando eles. Que nós tava prejudicando muito eles porque nós derrubava, as madeira (...) eles falavam que aquilo não devia de fazer. Tinha que deixar, pra viver lá, pra tirar. Que de vez em quando eles cortavam palmito, tiravam madeira, caçavam caça (...) Eu falei pra ele: só que tem aí o quartel, a turma tão falando que essa área de terra vai ser deles, e nós temo assustado. Nós semo estrangeiro, nós entremo aqui, nós não temo título, nada, apenas esse contrato! (...) que até numa hora eu tava meio de acordo de combinar, porque eu não queria encrenca, eu tinha medo de gente estranho, pois nós era tudo estrangeiro" (JD, PA Novo Horizonte, janeiro de 1991)

Brasiguaios, um "título" para a luta

Brasileiros, estrangeiros ou imigrantes, segmentos da população camponesa mais insatisfeitos com a situação, organizam-se politicamente e forjam uma nova identidade, acionada sempre que se sentem ameaçados nas suas condições materiais de existência: *brasiguaios*. Através dela, tratam de distinguir-se dos demais brasileiros no Paraguai, notadamente dos grandes proprietários e empresários rurais, e dos chamados *sem-terra* do Brasil, e apontam para a gravidade do problema que enfrentam, transitando por regiões de fronteiras internacionais:

"Esse nome de brasiguai, pra mim, foi o que veio me trazer hoje eu ter um apoio, de no dia que eu saí do Paraguai ao Brasil eu ser apoiado como brasiguai (...) Então esse título de brasiguai deu força pra luta, agora na realidade todos nós somos brasileiros, né? (...) Então a vitória dos assentados de Novo Horizonte foi esse título. Porque se eles vêm na época, saídos do Paraguai, e arrendam terras no Brasil, e depois eles quer formar um acampamento, na época não tinham conseguido essa vitória" (JVS, PA Novo Horizonte, março de 1990).

(Entrevista feita pela jornalista Cácia Cortez, na presença da pesquisadora)

AS ATRIBUIÇÕES, A LEI E A NACIONALIDADE

Acreditamos que a condição de *estrangeiros* configura-se como naturalmente imposta aos camponeses brasileiros que penetram em território paraguaio. Autoridades ligadas à burocracia jurídico-militar daquele país imediatamente lhes fazem ver as implicações de política internacional de seu deslocamento. Trata-se de figura jurídica, existente em oposição ao *nacional*, também definido por lei. Ser *estrangeiro* remete à liminaridade, ao estágio intermediário entre o abandono da condição de *nacional* e a sua substituição pela condição de *turista* ou *imigrante*. A "Ley nº 470 de Migraciones", que cria também a "Dirección General de Migraciones", foi assinada em novembro de 1974, exatamente no período de maior afluxo de pequenos produtores agrícolas brasileiros ao Paraguai. Institucionaliza-se, com ela, uma longa e tensa relação entre o Estado paraguaio e estes camponeses, marcados por diferenciações internas quanto às intenções de permanência, e que têm de haver-se com funcionários e policiais denunciados como corruptos e violentos, em plena vigência do governo ditatorial do General do Exército Alfredo Stroessner.

A condição de *estrangeiros* suscita, por sua vez, o reforço de uma certa "consciência nacional". Independentemente dos locais de origem no Brasil, ou das ascendências européias distintas, os camponeses passam a definir-se e a serem definidos como brasileiros. Estudiosos da questão nacional têm demonstrado que a consciência nacional é apenas um dos modos através dos quais indivíduos se definem como membros de grupos. Desenvolve-se desigualmente entre regiões e grupos sociais de um país, e os camponeses seriam, tradicionalmente, dos últimos a serem atingidos pela mesma⁽⁸⁾. No caso em estudo, o surgimento da consciência nacional é acelerado artificialmente pelo deslocamento de um Estado-Nação para outro. Seu caráter é contrastivo, em relação à população paraguaia.

ENTRE O CONFLITO E A TENTATIVA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO

A questão fundamental é que, antes de *brasileiros, estrangeiros ou imigrantes*, estamos tratando de indivíduos que buscam manter sua condição de camponeses cruzando uma fronteira político-administrativa que pouco significado jurídico tem em termos imediatos. Mesmo para aqueles que obtiveram uma parcela rural em assentamentos criados teoricamente para fixá-los em território brasileiro, tal fato não possibilitou propriamente a conquista da "terra prometida". Enfrentando problemas decorrentes da falta de assistência técnica e creditícia, muitos acabam retornando sazonalmente ao Paraguai, para trabalhar nas colheitas e desta forma obter um excedente monetário. Outras famílias, por terem sido sorteadas com lotes de "terra fraca" ou - devido a longas trajetórias individuais de trabalho assalariado - enfrentarem dificuldades em gerenciar suas terras em moldes empresariais, "vendem" seus direitos, e novamente como posseiros ou *bóias-frias* buscam as terras paraguaias. Este movimento constante de cruzamento da fronteira político-administrativa está subordinado à possibilidade efetiva de manutenção da condição camponesa, não importa em que país, embora apareça na representação dos envolvidos como ligado a conjunturas particulares do Brasil e do Paraguai.

"O pessoal é que nem formiga! (...) Que brasiguaião aqui de Novo Horizonte vai pro Paraguai, outros vêm de lá para cá. Eles não param. Eles tão sempre em comunicação. Eles sabem que lá no Paraguai não tá bom. Não tá difícil também. A vantagem que eles estão achando é que lá no Paraguai eles trabalha e têm dinheiro. Aqui no Brasil só tem serviço e não tem dinheiro pra se pagar. Então por isso novamente o próprio brasiguaião tá voltando pra trabalhar no Paraguai novamente. Ele retorna na casa dos parentes e lá faz uma empreita, um trabalho de diária, pra conseguir uns trocados". (JVS, PA Novo Horizonte, janeiro de 1991)

Em 26 de março de 1991 foi assinado em Assunção, capital paraguaiense, o Tratado de Constituição do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) entre Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai.

O Tratado inclui, entre outras medidas, a "livre circulação de bens, serviços, recursos financeiros e trabalhadores" (9) (g.n.) a partir de 1995. Neste momento, torna-se necessário um amplo debate entre entidades sindicais, confessionais e de apoio ao movimento sindical de trabalhadores rurais do Brasil e do Paraguai. O que pode parecer uma solução, em termos individuais, para os cerca de 400 mil brasileiros (10) que vivem em território paraguaio e para os quase 300 mil paraguaios (11) que vivem em território argentino, que seriam idealmente isentados de taxações, poderia apenas estar institucionalizando uma estratégia de exportação de tensões sociais (12) que vem sendo executada subliminarmente pelos governos dos dois países, os quais, através deste procedimento, vêm se isentando de promover reformas agrárias efetivas que fixem seus cidadãos ao campo. Centrar o problema na necessidade da documentação seria ignorar o processo de concentração fundiária que já atinge a fronteira leste paraguaia (13), responsável não apenas pela expulsão de camponeses brasileiros, mas também pela expropriação de camponeses paraguaios, envolvidos, apenas no ano de 1990, em 51 casos de despejos violentos e 800 prisões em situações de conflito de terra (14).

Reivindicando a reforma agrária, estas mobilizações - representadas por contínuas ocupações de áreas improdutivas públicas e privadas e pelo deslocamento organizado de famílias camponesas através de fronteiras político-administrativas - têm tido efeitos pertinentes sobre as estruturas de poder do Brasil e do Paraguai, sob a forma de desapropriações por interesse social e projetos de assentamentos. Com o aumento da pressão social, a administração dos conflitos na fronteira torna-se, contudo, cada dia mais difícil para as instituições governamentais desses países. Acirram-se os antagonismos sociais no campo. A assinatura do Tratado, prevendo a "livre circulação de trabalhadores" pelas fronteiras, aponta, em termos perspectivos, para uma possível redefinição nas regras de controle social da força de trabalho nesta ampla região.

* Marcia A. Sprandel é bacharel em História pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ e mestrandia do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional/UFRJ, onde finaliza dissertação sobre os chamados *brasiguaios*.

NOTAS

1. "Segun el Censo de Población y Vivienda de 1982, estarían radicados en el país aproximadamente 100 mil brasileños (...); los mismos migraron a nuestro país durante la década del 70, aprovechando la disponibilidad de tierras fértiles, libres y baratas, y los impuestos bajos". Conferencia Episcopal Paraguaya, *El Fenómeno Migratorio en el Paraguay*. Asunción, 1985, p.117.

2. O trabalho de campo, realizado através dos métodos de observação direta e coleta de dados de histórias de vida, desenvolveu-se no seguinte período: março e junho de 1990, janeiro e abril de 1991.

3. O Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário foi criado através do Decreto nº 91.214, de 30/4/85; a Proposta para a elaboração do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República foi divulgada em maio de 1985, em Brasília.

4. Seguiram-se acampamentos e ocupações nos seguintes municípios sul-matogrossenses: Sete Quedas (junho e agosto de 1985), Naviraí (dezembro de 1985), Eldorado (abril de 1986), Itaquiraí (dezembro de 1989), Bataiporã (1º sem. de 1990) e Tucuruí (julho de 1990).

5. O PA Novo Horizonte foi criado pela Resolução nº 65, de 10/4/86, em área desapropriada pelo Decreto nº 91.792, de 17/10/85, onde foram assentadas 758 famílias.

6. Cf. depoimento de Sérgio Cruz ao jornalista José Luiz Alves, no livro *Brasiguaios: futuro incerto*. Rio de Janeiro, Global, 1990, p.24.

7. Cf. dados cadastrais do Projeto Fundiários Dourados, 34% dos parceiros do PA Novo Horizonte são naturais do Estado do Paraná e 21% do Estado de Minas Gerais. Os restantes dividem-se entre mais 13 unidades da Federação.

8. Ver Eric J. Hobsbawm, *Nações e Nacionalismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

9. Ver Folha de São Paulo, edição de 26/03/91; e *Jornal do Brasil*, de 27/03/91.

10. Cf. Relatório do representante do MIRAD na 2ª Reunião do Grupo de Cooperação Consular Brasil-Paraguai, realizada em Brasília, nos dias 29-30/10/85: "(...) Os cônsules brasileiros presentes à reunião acreditam que existem no Paraguai cerca de 400 a 450 mil brasileiros (...)": Cf. o Censo de Población y Vivienda de 1982, residem no Paraguai 98.730 brasileiros, 76% nos departamentos Alto Paraná e Canindeyú.

11. "De los 262.799 paraguayos residentes en 1980 en la Argentina, el 71,3% se estableció en ese país antes de 1970". Conferencia Episcopal Paraguaya, *el Fenómeno Migratorio en el Paraguay*, Asunción, 1985, p.74.

12. Sobre a exportação de tensões sociais no campo ver "O Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais e os Conflitos Agrários na Amazônia", de Alfredo Wagner Berno de Almeida. *Pará Agrário*, nº 6/7, jan-dez. 1989, pp.90-100.

13. Cf. Ricardo F. Neupert, *La colonización brasileña en la frontera agrícola del Paraguay*. Universidad Nacional de Asunción, mimeo, s/d.

14. Ver "Desalojos y detenciones caracterizan a los conflictos de tierra". Informativo Campesino. Asunción, nº 27, diciembre de 1990, p.27.

LATINOS NOS EUA — UNINDO AMÉRICAS, FAZENDO A AMÉRICA DE LÁ OU PERDENDO A NOSSA AMÉRICA?

Mary Garcia Castro*



Foto: Comitê de Solidariedade ao Povo de El Salvador

QUADRO GERAL

Amigração de latinos para os Estados Unidos não é um fenômeno novo, registrando-se deslocamentos de mexicanos para os estados norte-americanos fronteiriços ao México, por exemplo, Califórnia, Texas, Arizona e Novo México, ou seja, para terras que originalmente eram do México, desde meados do século 19. Também é anterior à IIª Guerra Mundial o deslocamento para os EUA de massiva corrente de europeus e mais tarde de asiáticos. Na história daquele país os membros dessa corrente são chamados “pioneiros” ou os “velhos imigrantes”. O crescimento dos novos imigrantes, em particular de origem asiática e latina, é ilustrado no Quadro 1. Note-se que em 1960 cerca de 10% dos imigrantes ‘ilegais’ eram de origem asiática e 25% da América Latina, enquanto em 1985 os asiáticos passam a representar quase a metade do contingente de imigrantes documentados, e os provenientes da América Latina, um terço.

A visibilidade dos latinos vai além do seu volume. Está na irreverência e persistência da sua cultura; na sua predominância, junto com os afro-americanos, nos bairros mais pobres, com piores serviços nas grandes metrópoles. Destacam-se também pelo colorido de suas roupas e pelas diversas formas de resistência à sutil discriminação que a

“América européia” (os EUA) dispensa à “América mestiça” (termos cunhados por José Martí, in Retamar 1983). A língua - o espanhol carregado ou uma mescla de inglês com espanhol - é uma das trincheiras mais fortes de resistência à aculturação que interpenetra até o enfrentamento das Américas na quotidianidade do latino nas ruas das cidades norte-americanas.

Os jovens pobres, de “*los barrios*” andam em gangs, falam alto, saltam a borboleta do metrô acintosamente e resgatam o poder perdido e as fantasias estimuladas pelas propagandas coloridas, no “craque” - terrível droga, derivada da cocaína, mais barata e mortífera.

“*Viver em um bairro de latinos é caminhar sobre um barril de pólvora*”, disse-me uma entrevistada branca norte-americana no Harley hispano, em Nova Iorque (Castro, 1982), acrescentando, “*mas é um lugar barato de se viver e as pessoas se cumprimentam*”. Já um estudante, ativista de um movimento de solidariedade com os povos da América Central (CISPLA), salvadoreño, residente no mesmo bairro, retrucava que “*é um lugar que ainda tem vida, nesta lanchonete. Os jovens hispanos estão se suicidando com as drogas, sem perspectiva política coletiva. É a saída individual para a qual foram encurralados*”.

De vez em quando o barril de pólvora solta fâscas, especialmente em pe-

ríodos, como agora, de recessão econômica, em que o subemprego aumenta, em especial entre latinos e negros. É ilustrativo o recente conflito entre jovens latinos e a polícia de Washington em bairros latinos, pela prisão de jovens hispânicos que consumiam bebida alcoólica na rua - crime federal nos EUA, costume corrente em qualquer cidade da América Latina - e o posterior ferimento à bala de um salvadoreño, quando este já estaria algemado por uma policial negra. O bairro é considerado território da comunidade, e a invasão da polícia, nesse caso, foi respondida com três dias de saques, apedrejamento e 21 ônibus incendiados.

Um jovem guatemalteco, durante os distúrbios, assim reagiu contra o toque de recolher ordenado pelas autoridades de Washington: “*quem eles pensam que somos? Pensam que vamos dormir quando eles mandam? Aqui é o nosso bairro*”. Outro declarou: “*eles nos tratam como cidadãos de segunda categoria, tem limite!*” (in Folha de São Paulo 09.05.91 e Jornal do Brasil 08.05.91).

Esta visibilidade e forma de resistência da geração mais nova de latinos, os que já não teriam tanto deslumbramento com o sonho americano, como seus pais, para muitos analistas perdem-se no contexto ampliado da sociedade, mas para muitos congressistas e brancos de classe média são

prejúncios, incômodos, sinais de alerta a advertir que algo deve ser feito para “manter a América dos americanos” (a referência é aos EUA - slogan que aparece em manifestações de tendência racista ou conservadora).

Após longo e caloroso debate, que se estendeu durante três anos, foi sancionada pelo presidente Bush, em 29 de novembro de 1990, a mais recente lei de imigração dos EUA (o “Immigration Act”). Nesta lei, ratifica-se o princípio da lei de 1965, qual seja de priorizar a reunificação familiar, dando-se vistos de entrada e de residência (o almejado “green card”) para esposos, filhos e outros parentes de norte-americanos ou de imigrantes já residentes, preferencialmente. Tal princípio, para alguns estudiosos, seria parte do ideário humanitário da democracia norte-americana e, para outros, mecanismo de proteção da população branca, “nativa”, garantindo que a reprodução da força de trabalho terceiro-mundista nos EUA ficasse circunscrita a essa comunidade. Outro princípio, que em leis anteriores ora estava explícito, ora não, mas nunca tão delimitado como nesta legislação, é o de reforçar, segundo alto funcionário do Departamento de Trabalho dos EUA, Demetrios G. Papademetriou (note-se o sobrenome grego):

“*Interesses econômicos, usando-se a imigração para obter trabalhadores estrangeiros com habilidades neces-*

QUADRO 1
Imigrantes admitidos nos EUA (grupos selecionados) - 1960- 1985

Origem	1960		1985	
	Número	%	Número	%
Europa	138.426	52.15	63.043	11.06
Ásia	24.956	9.77	264.691	46.43
África	2.319	0.87	17.117	3.00
América Latina e Caribe	66.441	25.03	209.718	36.79
México	(32.683)		(61.077)	
Caribe	(14.047)		(83.281)	
América Central	(6.661)		(26.302)	
América do Sul	(13.048)		(39.058)	
Total (inclusive imigrantes de outras origens)	265.398	100.00	570.009	100.00

Fonte: Serviço de Imigração e Naturalização do Governo dos EUA, in Sassen 1988, pag. 6.

sitadas pelos empregadores e que não são encontradas entre trabalhadores norte-americanos no tempo e lugar necessários" (1990: 2).

A nova lei estabelece rígidas cotas de vistos por tipos de imigrantes (privilegiando trabalhadores temporários para a agricultura, profissionais altamente especializados, enfermeiros/as etc...), um sistema de preferências por países, sanções para os empregadores de "indocumentados" e indiretamente restrições ao acesso deste tipo de imigrantes ao seguro de desemprego, assistência médica e outros benefícios sociais conquistados pelos trabalhadores nos EUA.

Reconhecem políticos e pesquisadores que a mão-de-obra dos imigrantes vem satisfazendo a demanda de força de trabalho, contribuindo para a dinâmica da economia dos EUA. Empresários da indústria de roupas, em particular os que gerenciam ateliers ("sweat shops" - que literalmente traduz-se por 'casas de suor'), os que são donos de firmas de produtos eletrônicos; de restaurantes e outros que tipicamente empregam imigrantes, em especial asiáticos e latinos, declaram que se não contassem com tal mão-de-obra teriam que fechar seus negócios (in Portes 1990).

Reconhece-se também que os imigrantes não competem com os naturais,

em particular os brancos, mesmo em períodos de queda da taxa de crescimento da economia, como no atual momento, quando se registram taxas de desemprego de 6,6% (patamar elevado para os parâmetros do país), pois o mercado de trabalho norte-americano é rigidamente segmentado, circulando os imigrantes, em especial os latinos, no chamado mercado secundário, em grande parte como trabalhadores não especializados na indústria e no setor de serviços pessoais e de alimentação, desempenhando tarefas que aferem mais baixa remuneração e prestígio, não atraentes aos brancos norte-americanos (ver Quadro 2). Portanto, o raciocínio usado por congressistas que trabalharam na elaboração do "Immigration Act" de 1990, de que a lei viria proteger trabalhadores nativos, seria questionável.

As leis de imigração nos EUA sempre tiveram um uso político, sendo acionadas nas negociações internacionais, como nos períodos de não alinhamento do governo mexicano às orientações norte-americanas; nos impasses com o governo cubano e alianças com a facção cubano-americana militantemente anti-Revolução cubana, por exemplo, ou para buscar legitimação social interna em períodos de questionamento da política fiscal ou da economia. Por outro lado, a questão migratória

nos EUA tem uma complexidade singular, sendo fortes os lobbies por nacionalidades e, inclusive a participação econômica e política de tais grupos. O voto latino tem sido importante nas eleições, ainda que seja mínima a proporção da comunidade hispânica que exerce o seu direito de voto (em 1982 somente 25% dos hispânicos votaram). Este voto vem mudando de tendência, apoiando candidatos republicanos, conservadores, o que parece um paradoxo considerando que tradicionalmente tal tendência se pauta por posições intervencionistas, destacando-se o apoio aos "contras" na Nicarágua, a invasão de Granada e do Panamá, bem como medidas mais restritivas relativas a exigências de pagamento da dívida externa por parte dos países latino-americanos, entre outras posições contrárias ao desenvolvimento e soberania da "América mestiça". Com esta chamada não estamos, necessariamente, catalogando o partido democrata como mais "progressista", mas chamando a atenção para o fato de que a representação de grupos hispânicos no aparato de poder ou de pressão não necessariamente garantiria a defesa de toda a comunidade latina nos EUA, em particular dos "indocumentados". Classe e etnia conjugam-se dividindo lealdades e interesses.

Também deixamos para reflexão a

Quadro 2

Distribuição Ocupacional da Força de Trabalho por Gênero e Naturalidade
Estado de Nova Iorque, EUA - 1980 (%)

Grupo de ocupações	Mulheres			Homens		
	Imigrantes	Latinos	Nativos	Imigrantes	Latinos	Nativos
Profissionais	10.8		16.6	10.1		13.4
Semi-Profissionais	2.5		2.7	2.2		2.7
Fazendeiros	0.3		0.3	0.2		0.8
Gerentes	4.4		6.5	12.4		13.7
Escritório	28.7		40.4	11.4		11.4
Vendas	4.8		6.5	4.8		7.1
Especializados	3.1		1.6	17.6		16.9
Operários						
Não Especializados	23.7		8.1	17.9		14.9
Serviços	20.7		16.1	18.1		12.1
Trabalhadores Não Qualificados	1.1		0.9	5.1		6.3
Trabalhador Agrícola	0.1		0.3	0.1		0.7
Total (N) (100.00%)	(7.498)		(35.961)	(8.944)		(41.461)

Fonte: in Bach 1985, p.75

débil identificação de grande parcela da comunidade hispânica com os projetos políticos de seus países, quando estes se chocam com os interesses da política norte-americana⁽¹⁾.

O censo dos EUA aponta para 1990 a seguinte composição populacional entre os anos de 1980 e 1990, indicando aumento do componente estrangeiro, senão vejamos:

	1980	1990
Branços	52,4%	43,2%
Negros	24,0%	25,2%
Hispanos	19,9%	24,4%
Asiáticos	3,4%	6,7%
Outros	0,4%	0,5%

(in Veja 03.04.91, p.3)

Alertam estudiosos, jornalistas e congressistas: "O nosso é um tempo de cruzar, borrar e refazer fronteiras. Mais uma vez a América (os EUA) está mudando" (Bach 1991). Será? Ainda que seja de reconhecimento universal que os EUA são "uma nação de imigrantes", e que a história cultural, política e econômica do país está intimamente associada às ondas de imigração, certos grupos politicamente influentes e segmentos da população já expressam seu mal-estar com o que consideram a "perda da identidade da democracia nacional".

Ativistas de direitos humanos e estudiosos norte-americanos vêm alertando para o crescimento da onda de racismo e etnocentrismo nos EUA. No fim dos anos 80, o trabalho de um grupo de religiosos de proteção aos refugiados da América Central, vítimas de ditaduras que contam com o apoio dos EUA, como El Salvador, o Movimento de Santuário, encontrou grande resistência não só jurídica mas também ataques de grupos de direita; por outro lado foi amplamente apoiado por grupos de consciência. Em 1980, o chamado "Movimento pelo inglês nos EUA" ganhou fôlego com uma campanha por uma emenda constitucional que proibisse o uso de línguas estrangeiras em lugares públicos, e para que o inglês fosse decretado língua oficial do país (como se não o fosse).

MIGRAÇÃO E CAPITALISMO MUNDIAL INTEGRADO

Em que pese o esforço dos EUA por controlar os fluxos de mão-de-obra estrangeira de acordo com as necessidades da economia, através de sucessivos dispositivos legais, o ingresso de imigrantes não obedece mecanicamente a tais dispositivos, e hoje estima-se que para cada imigrante que entra legalmente, cinco imigrantes, em especial de países do Terceiro Mundo, entram sem documentos. São os "ilegais" os "indocumentados", os "costas molhadas" - termo que indica uma entre tantas formas criativas e trágicas de se integrar ao "sonho americano à Nova Babilônia", segundo os rastafaris jamaicanos, assim aludindo ao novo templo do consumo. Os costas molhadas arriscam-se por redes de esgoto abandonadas e rios sujos que passam pelo México, adentrando "la América", guiados por "coyotes" - guias especializados em levar imigrantes para cruzar a fronteira, burlando "la migra" (patrulhas do serviço de imigração), por entre morros, matos, driblando uma sofisticada parafernália tecnológica "de los gringos" para detectar "objetos estranhos". Por aí passa a outra América, pessoas de várias nacionalidades, particularmente da América Central, do Sul e do Caribe e mais recentemente também de brasileiros. Contudo, a fronteira é uma das muitas portas de entrada dos indocumentados. O "abuso" (termo legal) do visto de turismo é uma das formas mais difundidas de se chegar para ficar.

A imigração mais sistemática de latinos para os EUA dataria aproximadamente da década de 60, e a de brasileiros, estima-se que a partir de 1981. São datas com significados claros não só para a economia da América Latina, crise da dívida e de crescimento, mas também para outro momento nas relações Norte-Sul. O marco de 1960 não coincidentemente sinaliza também para a investida de capital norte-americano no continente ao Sul do Rio Grande (que separa Texas do México), participação de Washington nas políticas nacionais na Região Latino-americana, fomento e apoio a golpes militares e a prática da divisão de

áreas de influência, com os enfrentamentos Leste e Oeste (a chamada guerra fria, coisa que parece ter ficado na história). Ainda que bem mais antiga - datando do período de Roosevelt e da doutrina Monroe - a política de que a América Latina e o Caribe seriam o "quintal de fundo" dos EUA ("our backyard"), é retomada com vigor nas décadas de 60-80.

Por outro lado, com a expansão do poder econômico/político dos EUA chegaria a difusão cultural, os apelos ao consumo e a visibilidade das diferenças do poder de compra entre as moedas nacionais e o dólar, e em especial a heterogeneidade da economia norte-americana, na qual convivem sofisticadas indústrias, tipo capital intensivo, que exigem mão-de-obra altamente especializada, e indústrias tradicionais e domiciliares, dependentes de mão-de-obra quase artesanal e barata. Dentre estas últimas, destacam-se a indústria de roupas, bem como, em outro extremo, a de chips para computadores, além de um amplo setor de serviços com oferta de trabalhos recusados por brancos norte-americanos e não aberta aos negros de igual nacionalidade, como as ocupações de garçom, lavador de pratos, atendente em bares etc... Estariam dadas assim, quer pelo lado dos países de origem, quer de destino, as condições para a mobilidade do trabalho.

Mas, subjacente a tais fatores, tradicionalmente denominados de atração e expulsão, estaria o processo de afirmação cada vez maior do capitalismo mundial integrado, e neste, a posição estratégica dos países cênicos, tipo EUA. Seria parte do mesmo processo de globalização/integração da economia, entendida não só como produção e consumo de bens e serviços, mas também como produção de ideologias, formas de pensar e de priorizar padrões de consumo e modelos de vida, ressaltando a ética da individualização, a prevalência e a diversificação dos "novos migrantes" internacionais, sendo simplista limitar a compreensão das emigrações do Terceiro para o Primeiro Mundo como um movimento pela sobrevivência econômica e imediata (busca de trabalho). Portes (1990) destaca a relação entre expectativas de consumo socialmente criadas e os limites de realização de tais expectativas nos países de emigração e Sassen (1988) demonstra a associação entre inves-

timentos e intervenção (mobilidade do capital) e emigração internacional direcionada para os países cênicos (mobilidade do trabalho).

É neste novo espaço da divisão internacional da economia, agravado pelo deterioramento das economias latino-americanas, limitação do seu processo de acumulação de capital pelo sangramento de divisas com o pagamento dos juros do serviço da dívida externa, recessão, inflação, e consequente afunilamento das alternativas de mobilidade para a classe média, que viria se avolumando, aproximadamente a partir dos anos 80, a emigração de "brasucas" (como os brasileiros se chamam nos EUA).

OS MAIS NOVOS ENTRE OS NOVOS IMIGRANTES: OS BRASILEIROS

Os brasileiros não se destacam entre os fluxos de latino-americanos para os EUA. De acordo com o censo de 1980 dos EUA, havia cerca de 40 mil imigrantes brasileiros, o que representaria apenas 0,3% dos estrangeiros naquele país e menos de 0,1% da população do Brasil (in Portes 1990). Mas este quadro está mudando. De acordo com a antropóloga Margolis (1990: 215):

"Nos últimos cinco anos, à medida que as condições econômicas do Brasil vêm se deteriorando, Nova Iorque e outras cidades norte-americanas testemunham um crescente influxo de imigrantes brasileiros de classe média. Embora muitos tenham educação de nível superior, a maioria desses imigrantes é indocumentada (migrantes ilegais) e mal conhece o inglês. Nestas condições, a maior parte dos empregos disponíveis para eles é do tipo manual como limpar casas, lustrar sapatos, lavar pratos e atender mesas em bares".

Um jornal norte-americano (New York Times -/4/91) em artigo sobre brasileiro preso no tráfico de drogas, citava a estimativa de que o número de brasileiros nos EUA estaria por volta dos 500 mil, sendo a maioria indocumentados.

Pesquisa realizada em São Paulo, em janeiro de 1988, constatou que cerca de 60% dos paulistas entrevistados decla-



Gainesville/Flórida - manifestação de protesto pela ajuda aos 'contras' da Nicarágua, aprovada pelo Congresso dos EUA.

raram querer deixar o país, e entre os cariocas, dois terços manifestaram a mesma intenção (Sadiva Associados, in Veja 16.3.88). Segundo dados de agência de viagem do Estado de Minas Gerais, cerca de 45 mil pessoas da cidade de Governador Valadares vivem hoje clandestinamente nos EUA, ou seja, quase 20% da população daquela cidade (in Folha de São Paulo, 23.07.89).

Margolis (1988) destaca que a origem de classe emprestaria "singularidades a esta quase invisível minoria entre as minorias". Os brasileiros dos EUA seriam prioritariamente originários de frações de classe média-média ou média-alta, seriam predominantemente brancos, e buscariam não se identificar como hispanos, ao contrário. Para Margolis (1988) tal reação não seria explicada por brios nacionalistas, mas como tentativa de escapar à discriminação dirigida aos hispanos, bem como por "elitismo de classe". Aventamos a hipótese que tal orientação também se relaciona a um processo de segregação político-ideológica que caracterizou a formação da identidade brasileira, separada da história da América Latina. Contudo, no jogo capital X trabalho, a força de trabalho imigrante brasileira desemboca no bolsão comum que suga latinos nos EUA: as ocupações de menor prestígio e mais baixa remuneração. Ironicamente, parece pois que será no exterior e por um processo de rebaixamento de 'status' que se desvelará aos brasileiros a sua identidade latino-americana.

Em que pese a mobilidade descendente, o ganho financeiro imediato com a emigração teria o efeito de reter os imigrantes nos EUA e compensar a 'descida'. Em média, por semana uma empregada doméstica imigrante brasileira em Nova Iorque receberia entre 250 a 300 dólares, o que, segundo uma entrevistada (in Margolis 1988), não se conseguiria no Rio de Janeiro como professora, apesar de seus (da entrevistada) dez anos de experiência.

Muitas brasileiras hoje, da mesma forma que mulheres asiáticas e de outros países do Terceiro Mundo, estão envolvidas pelo tráfico de 'noivas' para os países desenvolvidos, com o intuito de emigrar. O tráfico é legitimado pela intermediação de casamentos entre brasileiras e estrangeiros por empresas especializadas, que funcionam em várias cidades do Brasil (in A Tarde, 12.02 e 05.03.89). Muitas das 'noivas' serão empregadas domésticas ou prostitutas dos seus compradores/noivos estrangeiros.

Vários brasileiros entrevistados por Margolis (1988), ex-advogados, ex-dentistas etc, justificam a emigração por uma lógica niilista, corrente hoje no Brasil: "aquele país não tem jeito"; "estou desiludido com o Brasil". Respostas similares foram dadas por um ex-químico, hoje chofer de táxi em Manhattan, por uma empregada doméstica que no Brasil se formou em psicologia, e outros. Muitos também justificam o tipo de trabalho que estão desempenhando, que não fariam se estivessem

no Brasil, frisando que é temporária sua estada nos EUA, mas a experiência de outros imigrantes (Castro 1982) indica que a maior probabilidade é que a volta seja adiada indefinidamente e que nas cartas para os parentes e amigos não se mencione o tipo de trabalho desempenhado no exterior, como é o caso da moça brasileira que em Nova Iorque trabalha de 'go-go girl' (corista em teatro de revista de segunda categoria) - ocupação que é desempenhada por muitas mulheres brasileiras (in Margolis 1990).

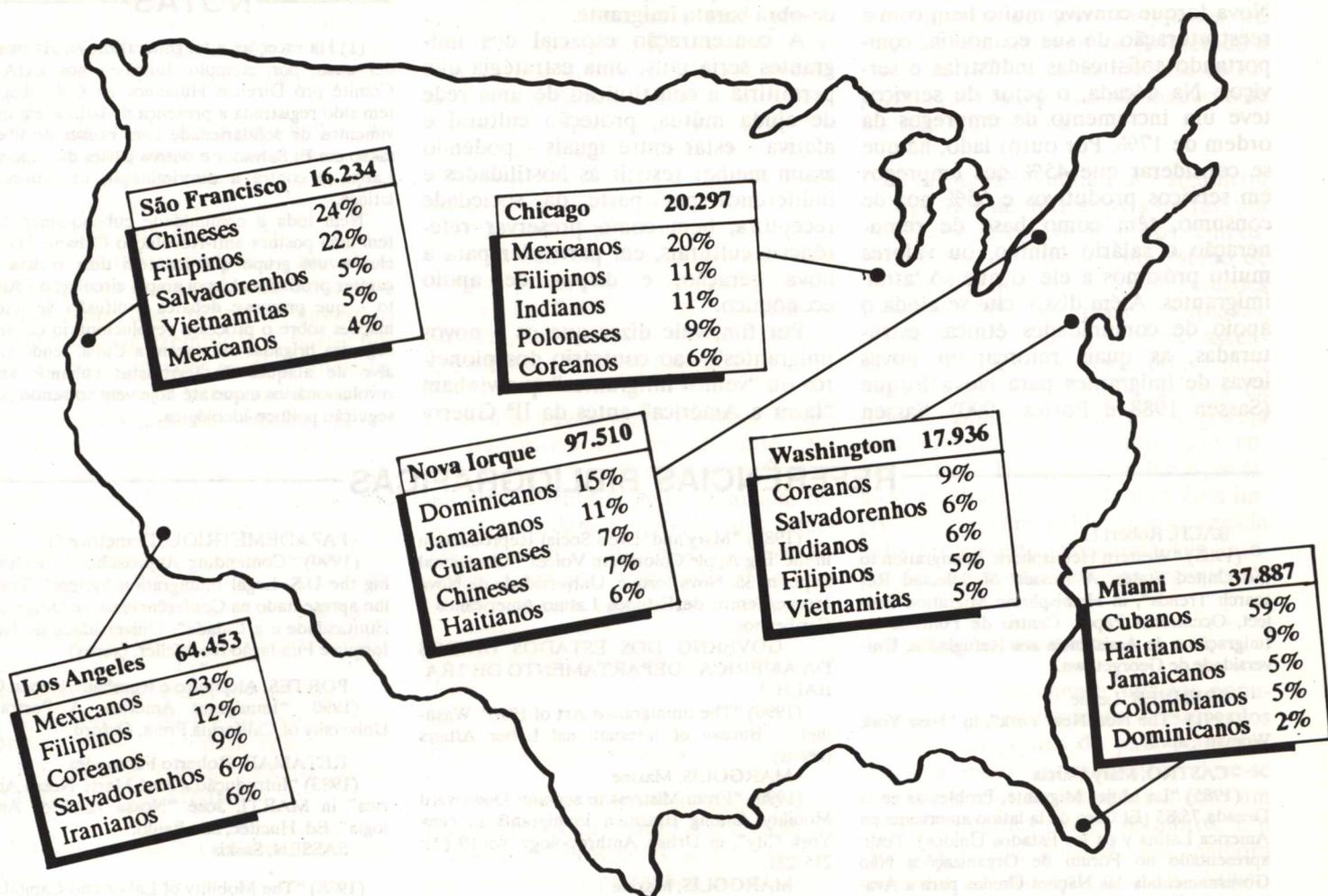
Se em termos de lugar na produção será o mercado secundário o porto para a maioria dos brasileiros, por outro, é através da cultura que afirmam sua resistência. A salsa e o merengue (mú-

sicas do Caribe hispano) vêm sendo substituídas pelos ritmos brasileiros em Nova Iorque, e muitos brasileiros consideram que nas artes, nas casas noturnas poderão "fazer a América", e alguns o conseguem. Todavia, muitos ficaram na prostituição, no tráfico, nos cabarés de segunda categoria. O preço e as moedas que correm na migração tomam muitas formas e sentidos e, em muitas biografias, atesta-se que só muito mais tarde a perda da identidade ou o ganho de uma nova se evidenciará. Neste processo, a ausência de um projeto de nação, como referência - a nação que ficou, mas que se leva junto - repercutirá também na afirmação ou não de uma comunidade étnica no exterior.

O TERCEIRO NO PRIMEIRO MUNDO, OU O PRIMEIRO NO TERCEIRO

Verifica-se, como ilustra o mapa 1, uma clara concentração espacial dos imigrantes latinos, bem como de outras proveniências. Aproximadamente 3/4 dos 28.916 cubanos (1987) estão em Miami. Hoje, a maioria da população dessa cidade é de origem cubana. Os 24.858 (1987) dominicanos também têm alto índice de concentração espacial, os quais na sua maioria são trabalhadores não especializados, ocupados na área de serviços, predominando sua presença em Nova Iorque.

Mapa 1 - Composição dos Principais Fluxos Migratórios para as Seis Áreas Metropolitanas dos EUA, 1987



Fonte: dados originais in Serviço de Imigração e Naturalização dos EUA, 1987, relatório Anual (Washington, EUA, Gabinete de Imprensa do Governo dos EUA, 1988 tabela 18), cit. in PORTES. 1990, 38.

Em 1987, os 72.351 mexicanos distribuíam-se preferencialmente pelas cidades de Los Angeles, San Diego e El Paso; a maioria trabalhadores não qualificados. Enquanto os pioneiros entre os mexicanos iam para a área rural, hoje a maior parte, por volta de 80%, dirige-se para as metrópoles. Já os refugiados haitianos (4.419 em 1987) concentram-se na Flórida (67%). (Dados in Portes 1990).

Um dos principais pontos de destino das correntes imigratórias de latinos é sem dúvida Nova Iorque. Esta cidade perdeu, entre os anos de 1970-80, cerca de meio milhão de empregos, além de ser considerada caótica quanto aos serviços e no que diz respeito à moradia.

Entretanto, emprega imigrantes não somente nas indústrias decadentes, tradicionais, como a de roupas - perdeu um terço dos empregos na década - mas em indústrias novas, sofisticadas, uma vez que a decadência econômica de Nova Iorque convive muito bem com a reestruturação de sua economia, comportando sofisticadas indústrias e serviços. Na década, o setor de serviços teve um incremento de empregos da ordem de 17%. Por outro lado, há que se considerar que 45% dos empregos em serviços produtivos e 65% nos de consumo, têm como base de remuneração o salário mínimo, ou valores muito próximos a ele, o que só 'atrai' imigrantes. Além disso, cite-se ainda o apoio de comunidades étnicas estruturadas, as quais reforçariam novas levadas de imigrantes para Nova Iorque (Sassen 1988 e Portes 1990). Sassen

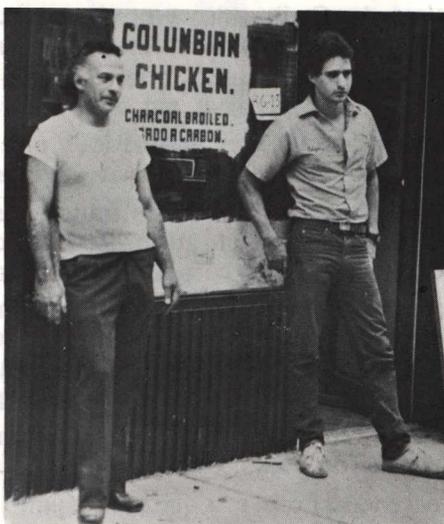


Foto: Myriam Alvarado

Queens - um bairro latino em Nova York.

liga a periferação de Nova Iorque - muitos imigrantes não são somente empregados, mas também donos de negócios típicos de setor informal - com a reestruturação de sua economia estimulada pelo tipo de influxo de mão-de-obra barata imigrante.

A concentração espacial dos imigrantes seria pois, uma estratégia que permitiria a constituição de uma rede de ajuda mútua, proteção cultural e afetiva - estar entre iguais - podendo assim melhor resistir às hostilidades e indiferença por parte da sociedade receptora, bem como preservar referências culturais, em particular para a nova geração, e dispor de apoio econômico.

Por fim, vale dizer que os "novos imigrantes" - ao contrário dos pioneiros ou "velhos imigrantes" que vinham "fazer a América" antes da IIª Guerra

Mundial, fugindo de perseguições políticas, fome e desemprego - chegam em um momento de mais rígida delimitação do mercado de trabalho, são provenientes de economias dependentes, e muito provavelmente, não conseguirão em duas ou três gerações cumprir a espiral ascendente. Considerando as teses da internacionalização da economia e da divisão internacional do trabalho (Sassen 1988), defendemos também que os novos imigrantes reproduziriam no Primeiro o estigma do Terceiro Mundo, a "América Mestiça" (Martí).

* Mary G. Castro é Profa. e pesquisadora da UFBA, PhD em Sociologia pela Universidade da Flórida e bolsista do CNPq. Entre 1982-89 viveu nos EUA e de 1976-78 na Colômbia, desenvolvendo estudos sobre mulher, gênero e migração. Nos EUA participou do CISPLA-Comitê de Solidariedade com os Povos da América Central, e atualmente é membro de organização homônima na Bahia-COSPAC.

NOTAS

(1) Há exceções a tal generalização. Há quase dez anos, por exemplo, funciona nos EUA o Comitê pró Direitos Humanos na Colômbia, e tem sido registrada a presença de latinos em movimentos de solidariedade com causas de libertação em El Salvador e outros países da América Latina e contra a discriminação de latinos e latinas.

Nem toda a comunidade cubano-americana tem uma postura anti-Revolução Cubana. Há inclusive um grupo que mantém uma revista de caráter profissional, com ampla circulação - *Arreito* -, que promove debates e difusão de informações sobre o processo revolucionário cubano, organiza brigadas de viagem a Cuba, tendo sido alvo de ataques de terroristas cubanos anti-revolucionários e que até hoje vem sofrendo perseguição político-ideológica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACH, Robert L.
(1985) "Western Hemispheric Immigration to the United States. A Review of Selected Research Trends", in *Hemispheric Migration Project, Occasional Paper*. Centro de Políticas de Imigração e de Assistência aos Refugiados. Universidade de Georgetown.

- BRENNER, Leslie
(1991) "The New New York", in "New York Woman", abril.

- CASTRO, Mary Garcia
(1985) "La Mujer Migrante, Problemas en la Década 75/85 (El Caso de la latino americana en America Latina y en los Estados Unidos). Texto apresentado no Fórum de Organizações Não Governamentais das Nações Unidas para a Avaliação da Década da Mulher - consultoria ao Conselho Mundial de Igrejas - Nairobi (xerox).

- CASTRO, Mary Garcia

(1982) "Mary and 'Eve's Social Reproduction in the 'Big Apple' Colombian Voices". *Occasional Paper n. 35*. Nova Iorque, Universidade de Nova Iorque/Centro de Estudos Latino-Americanos e Caribenhos.

- GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA - DEPARTAMENTO DE TRABALHO
(1990) "The Immigration Act of 1990". Washington. Bureau of International Labor Affairs (xerox).

- MARGOLIS, Maxine
(1990) "From Mistress to servant: Downward Mobility Among Brazilian Immigrants in New York City", in *Urban Anthropology*, vol.19 (3): 215-231.

- MARGOLIS, Maxine
(1989) "A New Ingredient in the Melting Pot: Brazilians in New York City", in *City and Society* 3 (2): 179-87

- PAPADEMETRIOU, Demetrios G.
(1990) "Contending Approaches to Reforming the U.S. Legal Immigration System". Trabalho apresentado na Conferência sobre "Migração, Etnicidade e a Cidade". Universidade de Nova Iorque e Fundação Rockefeller. (xerox)

- PORTES, Alejandro e Rumbaut, Rubén G.
(1990) "Immigrant America. A Portrait", University of California Press, Oxford.

- RETAMAR, Roberto Fernandez
(1983) "Introdução a José Martí. Nossa América" in MARTÍ, José "Nossa América Antologia", Ed. Hucitec, São Paulo.

- SASSEN, Saskia
(1988) "The Mobility of Labor and Capital. A Study in International Investment and Labor Flow", Cambridge University Press, Sydney.

ITÁLIA, PAÍS DE IMIGRAÇÃO

Graziano Tassello*



Nápoles/Itália - começo do século - emigrantes à espera do embarque.



Brindisi/Itália - 1991 - o desembarque de milhares de albaneses.

Foto: ANSA

P

odem ser brasileiros que procuram subtrair-se a uma prolongada crise econômica ou "boat people" albaneses doutrinaados pela TV italiana, a única que podem assistir, e que os faz acreditar que a Itália é o novo paraíso terrestre. Os países

economicamente mais desenvolvidos, para dizer com Marx, mostram aos outros a imagem do futuro. O misterioso fascínio da informação faz da Itália terra de desembarque transitório ou definitivo para um número sempre mais notável de estrangeiros, provenientes sobretudo dos países do norte da África ou do sudoeste asiático.

Essa gente em movimento, refugiados políticos ou prófugos econômicos, transita pelo nosso país na esperança de obter o visto de entrada nos Estados Unidos ou Canadá, ou dedicam-se à busca de uma ocupação ou atividade qualquer que permita alcançar um nível de vida um pouco mais elevado em relação à situação de miséria na terra de origem, ainda que para alguns a aventura migratória possa terminar num fracasso do projeto migratório ou num estado de resignada aceitação de condições de vida desumanas ou de revoltante exploração. Longas filas diante das mesas populares administradas por grupos voluntários, dificuldades de toda espécie para encontrar moradia, precárias condições higiênico-sanitárias, impossibilidade de fazer com que os familiares se unam a eles, por vezes indesejados episódios de intolerância - são a outra face do mito "Itália, terra de bem-estar". Elevada porcentagem de estrangeiros nas prisões italianas (mais de 10% da população carcerária e adulta e aproximadamente 60% - entre os quais muitos ciganos - daquela de menor idade) indica como o desespero gera esses modernos escravos, vítimas da exploração, e como a busca da sobrevivência pode levar alguns destes a desvios de

comportamento, trilhando a via fácil do ganho através de atividades ilícitas. O cárcere torna-se assim o triste epílogo de uma história de emigração para a qual muitos não estavam preparados.

O CONTEXTO ITALIANO

Pode surpreender o fato que a Itália, tradicional país exportador de mão-de-obra (de 1876 a 1976 emigraram quase 30 milhões de pessoas), tenha se tornado nos anos 70 uma nação que também atrai mão-de-obra estrangeira. Esse movimento em massa para a Itália revela as mudanças profundas ocorridas nacional e internacionalmente. Entre as mudanças estão incluídas aquelas relativas à estrutura da população, com uma acentuada diminuição da natalidade, uma mudança nos setores ocupacionais em consequência também do envelhecimento populacional e das diferentes aspirações da população economicamente ativa, a qual se mostra sempre menos disponível para as atividades pesadas e humildes.

A drástica transformação demográfica e social na vida italiana induz a hipotizar um cenário onde cada vez mais a mão-de-obra estrangeira pode tornar-se necessária pelo menos em alguns setores da economia nacional. Com efeito, dentro de apenas 5 anos o número de anciãos na Itália será superior ao de jovens. As previsões falam de 11.205 milhões de jovens com menos de 19 anos, contra 13.058 milhões de pessoas acima de 60 anos no ano 2000, e 9 milhões de jovens contra 16 milhões de anciãos em 2025, a menos que a tendência não sofra mudanças radicais.

Esta tendência demográfica explica, em parte, o exaurir-se da emigração italiana. O número de italianos no exterior que ainda possuem passaporte italiano é calculado pelo Ministério do Exterior em aproximadamente 5 mi-

lhões de pessoas, sem contar os naturalizados. No segundo pós-guerra foram expatriados da Itália 8 milhões e meio de italianos. As comunidades italianas no exterior, com suas exigências de informação e participação e sua sede de cultura, constituem um novo desafio. Os novos emigrados (50, 60 mil unidades ao ano), por sua vez, são frequentemente trabalhadores especializados junto a grandes empresas que cada vez mais se inserem no contexto de uma mobilidade típica do pós-moderno.

Para os imigrados que chegam à Itália, ao invés, não se trata ainda de uma inserção no processo de integração neste país que os hospeda. De fato sua vinda, normalmente, não é motivada por uma precisa solicitação de trabalho, e sim por fatores de expulsão que revelam o crescente desnível entre regiões ricas da terra e regiões cada vez mais pobres e agitadas.

Um aspecto sobre o qual pouco se reflete é o crescimento da componente demográfica nos países do Terceiro Mundo, acrescida à ausência de um adequado desenvolvimento econômico. Preocupam de modo especial os dados relativos ao desemprego: o desequilíbrio com os países industrializados é enorme, e se calcula que a partir de 1990 deverá se verificar nestes últimos uma diminuição da população economicamente ativa. As diferenças demográficas bastante acentuadas (basta ver que nos países com desenvolvimento avançado para cada 100 pessoas ativas 70 não estão mais em condições de trabalhar), juntam-se as diferenças econômicas (a relação de renda média por habitante entre Itália e Cabo Verde é de 17 por 1, apenas para citar um exemplo). Em muitos países do Terceiro Mundo "verificam-se todos os elementos (demográficos, econômicos, sociais e políticos) para que se possa afirmar que os desequilíbrios de estado para estado são de excepcional magnitude. Subsistem todas as premissas para intensos e prolongados fluxos migratórios que só podem originar-se no Sul do mundo e dirigir-se quase que ex-



6 - Questura/Roma - imigrantes buscam regularizar sua situação.

clusivamente para os países ricos do Norte, uma vez que os países do Sul não podem dispor das duas grandes oportunidades com as quais contou a Europa nos períodos de maior pressão demográfica: as colônias para explorar e os novos mundos para povoar" (Prof. A. Golini in "Studi Emigrazione").

POR QUE ESCOLHER A ITÁLIA?

O fenômeno da imigração atual na Itália encontra explicação nos seguintes fatos: 1) um rela-

cionamento mais intenso entre países com diferentes níveis de crescimento econômico e cultural; 2) procura de mão-de-obra para trabalhos não qualificados nos países norte-ocidentais; 3) política dos "pólos de desenvolvimento industrial" adotada por muitos países em via de desenvolvimento. Tais po-

líticas criaram um crescente fenômeno de urbanização, dando origem a uma conseqüente expansão da mão-de-obra disponível, concentrada nas periferias das grandes cidades do assim chamado Terceiro Mundo. Estes migrantes internos, frente à miséria e inatividade, preferem aventurar-se ao exterior na esperança de uma saída ocupacional; 4) situação de instabilidade de muitos governos dos países em via de desenvolvimento, o que indiretamente favorece o processo de emigração, dando origem a uma massa de gente errante pelo mundo.

Dada também sua localização geográfica e sua configuração, que dificilmente tornam possível um controle da costa, a Itália é uma das novas metas da esperança. Além do mais, não se deve esquecer a vocação italiana quanto à abertura aos movimentos internacionais. Cada ano, na Itália, os estrangeiros sobem a mais de cem milhões de presenças pelos mais variados motivos. O turismo constitui um dos setores mais rendosos, podendo resultar contraproducente a introdução de um sistema de vistos para todos os cidadãos estrangeiros que não fazem parte da Comunidade Econômica Européia. O número de países, sobretudo do Terceiro Mundo, cujos cidadãos estão solicitando visto para entrar na Itália é hoje de 94.

É necessário ainda recordar como a administração italiana fundamenta sua economia sobre um sistema dual: ao lado da economia de mercado, floresce uma economia submersa (terciário não qualificado, agricultura, pesca etc), a qual, com a chegada da mão-de-obra estrangeira, garante aos fornecedores de trabalho ocasião para ganhos ilícitos, graças ao descaso para com os encargos sociais, o baixo salário, o desrespeito ou ausência de contratos sindicais. Os trabalhadores italianos que procuram sair das malhas deste sistema são imediatamente substituídos por outros, dispostos a aceitar trabalho sob qualquer condição, mesmo clandestino, devido à diferença de salários entre a Itália e os países de origem.

Enfim, se acrescentarmos a forte rigidez de nossa oferta de trabalho, teremos um quadro suficiente para compreender o crescimento da imigração estrangeira, disponível de modo especial para o trabalho não qualificado.

TRÂMITE LEGISLATIVO E POLÍTICAS MIGRATÓRIAS

Até há poucos anos, a condição de estrangeiro no regulamento italiano era considerada pelo legislador, essencialmente, como um problema de tutela de ordem pública. As normas eram ditadas e informadas sob a exigência de controlar o ingresso e a permanência do estrangeiro em nosso país, representando este um possível elemento de perturbação para a comunidade nacional.

Somente em época recente, precisamente em dezembro de 1986 (lei nº 943/86, sobre o emprego e tratamento dos trabalhadores não pertencentes à Comunidade Econômica Européia e contra as imigrações clandestinas), num processo que se concluiu em fevereiro de 1990 (decreto lei 416/89, convertido em lei nº 39/90, que dita normas urgentes em matéria de ingresso e permanência, asilo e regularização dos cidadãos extra-comunitários), é que assistimos a uma verdadeira e própria tomada de consciência do fenômeno da imigração estrangeira sob o perfil jurídico. Trata-se de uma resposta, embora parcial, à necessidade sempre mais premente de introduzir no país uma disciplina orgânica.

O critério básico sobre o qual se assenta a nova legislação decreta os princípios de igualdade de tratamento e de respeito quanto aos direitos das garantias individuais em favor dos trabalhadores estrangeiros, colocados em plano de igualdade com os cidadãos italianos.

A preocupação política que subjaz neste trâmite legislativo é a de "regularizar" e sistematizar aqueles que já estão presentes no território nacional, e ao mesmo tempo introduzir rígidas medidas de controle quanto aos novos ingressos. A partir de agora é permitido o ingresso somente para quem está munido de um contrato regular de trabalho e tem garantias de moradia, enquanto que a chegada dos familiares é permitida depois que o requerente provou que possui os requisitos necessários (trabalho e residência).

A gestão do fenômeno não pode ser vista, contudo, como um problema exclusivamente interno. A Itália encon-

tra-se numa situação muito delicada quanto à sua política migratória, devido aos laços cada vez mais estreitos que a Europa vai tecendo em todos os campos e de modo particular no mercado de trabalho.

Em breve o mercado de trabalho europeu deverá enfrentar este problema e instituir uma política válida para todo o território da Comunidade, mesmo que, como se pode prever, a adoção de medidas ainda mais restritivas acentuará o fenômeno da imigração clandestina.

Durante a Conferência Internacional sobre Migrações, organizada pelo governo italiano em colaboração com o OCSE nos dias 13-15 de março, Claudio Martelli enunciou as linhas da política italiana, sustentando que as soluções ao problema migratório não podem prescindir da criação de ulteriores saídas nos mercados de trabalho dos países industrializados, da atualização de uma política demográfica responsável por parte dos países subdesenvolvidos e, por parte dos países ricos, de uma nova abordagem à política de cooperação para o desenvolvimento.

Trata-se de efetuar uma passagem de "políticas migratórias passivas", até hoje realizadas pelos governos para limitar as pressões migratórias, a "políticas migratórias ativas", que exigem um forte compromisso de diálogo entre os países ricos e os países pobres. Dever-se-á enfrentar um percurso de substanciais reformas institucionais e de cooperação multilateral a cargo das economias mais desenvolvidas.

QUANTOS SÃO OS IMIGRANTES NA ITÁLIA?

No censo de 1971 faziam parte da população residente recenseada (54.136.147 pessoas) 121.116 estrangeiros. No censo de 1981 os estrangeiros somavam 210.937, aos quais se juntavam 109.841 "temporariamente presentes". Quase três quintos dos residentes estrangeiros eram europeus. Entre os "temporariamente presentes", o percentual mais alto também é composto por europeus (65%) e por norte-americanos (25%). A estas presenças oficiais acrescentavam-se as presenças

clandestinas, sobre cuja estatística desencadeava-se uma guerra de números, ligada mais a critérios políticos (os setores de direita alardeavam cifras elevadíssimas) que científicos. A evolução em curso, as sucessivas leis que regularizam o que foi feito arbitrariamente e o controle mais rígido tornaram evidente a mudança substancial na configuração da população estrangeira, com um aumento de presenças dos países não europeus, de modo especial da África e da Ásia. Em 31.12.1989 os estrangeiros presentes na Itália com permissão regular de permanência somavam 490.388, 24% menos em relação aos 645.423 registrados no ano precedente. É difícil explicar esta diminuição oficial, mas com certeza, à parte os que regressaram e os deslocamentos sazonais, verifica-se uma recada na clandestinidade e um crescente pendularismo dos estrangeiros. Atualmente na Itália calcula-se que existem entre 300 a 400 mil trabalhadores clandestinos, quase todos provenientes dos países em via de desenvolvimento.

Os imigrados em situação regular estão presentes de modo especial no Norte e no Centro. A região Lácio (Roma) aparece em primeiro lugar pelo número de presenças, seguida pela Lombardia (Milão). No sul concentra-se a fatia mais elevada de clandestinos.

Diante desta presença (é bom lembrar que na escola italiana os alunos estrangeiros constituem somente dois em cada mil da população escolar), deve-se afirmar que se trata ainda do início de um fenômeno. Estudiosos sustentam que nos próximos 40 anos serão mais de 3 milhões as presenças estrangeiras em território nacional.

CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO

O esforço de legalização e a regularização dos fluxos fazem prever que cada vez mais uma ampla fatia da população estrangeira caminha para a superação do estado de emergência, para inserir-se numa via de integração instrumental que leva a considerar o imigrado não somente força-trabalho, mas uma pessoa com os mesmos deveres e direitos dos autóctones.

A passagem de uma sociedade mo-

Foto: ANSA



Rimini/Itália - manifestação de vendedores ambulantes.

nocultural e fechada para uma sociedade aberta e pluralista não é uma passagem indolor. Os sistemas escolar e de saúde, o trabalho regular, a moradia são ainda os pontos fracos de uma política que somente no papel insiste na igualdade de direitos entre trabalhadores italianos e estrangeiros. O despreparo do Estado e das instituições obriga as associações sociais privadas a oferecer respostas de emergência em lugar de inserir-se na normalidade da gestão ordinária.

A explosão quase que repentina do fenômeno, a falta de uma real memória histórica que permita um confronto útil com as vicissitudes da emigração italiana - não se ensina história e sociologia das migrações nas universidades italianas - puseram em evidência os defeitos de uma população fechada que mantém uma espécie de "apartheid" mórbido feito de indiferença, menosprezo da sociedade e grupos paralelos.

A IGREJA PROFETIZA UMA "NOVA" CULTURA

Numa ausência sistemática das instituições públicas, o voluntariado sobretudo de inspiração reli-

giosa enfrentou bem o embate causado pelo afluxo maciço de trabalhadores estrangeiros, organizando no território uma rede capilar de centros de primeira acolhida, secretariados sociais, inserção no trabalho, formação linguística, cultural e profissional.

Mas acolhida não quer dizer somente assegurar um lugar para dormir, a assistência à saúde, uma renda honesta. Quer dizer assegurar todas aquelas relações capazes de favorecer o processo de integração sócio-cultural com a realidade italiana. A Igreja, que no passado levantou a voz para uma legislação justa com relação aos estrangeiros, hoje solicita a tutela dos direitos fundamentais dos imigrados.

Mas se os problemas dos imigrados na Itália são tantos e complexos, o desafio mais grave que a Igreja deve enfrentar é, contudo, o de educar no sentido da criação de novas atitudes culturais na população local e nas instituições, com vistas à construção de uma convivência harmoniosa entre povos diversos. É necessário uma cultura de solidariedade, fora da qual resulta insuficiente qualquer esforço não somente para resolver questões internacionais, mas também para enfrentar com sentido de verdadeira huma-

nidade os problemas que se apresentam no âmbito imediato. Se a política de cooperação para o desenvolvimento for, a longo prazo, a chave para a solução do problema migratório, atualmente "cultura" é a palavra chave, de mais peso, quase um caminho ainda um pouco obscuro, que indica sinteticamente o alcance do atual compromisso, como também do futuro, sobre o qual as igrejas locais e os institutos religiosos estão investindo.

A cultura da sociedade do bem-estar divulgado pode, com efeito, ter como consequência trágica o afastamento ou o abandono dos vencidos, dos excluídos, dos marginalizados. Contra a difusão da idéia de uma ameaça iminente sobre a cultura autóctone e de

um atentado à identidade nacional, a Igreja italiana prega a cultura da tolerância, do diálogo inter-religioso, da educação à mundialidade, da descoberta e aceitação da alteridade. A passagem de um "humanismo do eu" a um "humanismo do nós" comporta uma tríplice conversão: da produção de serviços à produção de cultura e portanto à crítica cerrada dos processos de marginalização; da cultura do tudo igual à cultura do diferente; da cultura do diferente ao convívio das diferenças.

Obviamente, além de uma conversão pessoal e institucional, não podemos esquecer que a imigração é sempre o bode expiatório mais evidente da existência de macrofenômenos mundiais preocupantes, como o subdesenvolvi-

mento, a fome, a exploração, a ausência de democracia. Pobreza e riqueza, desnutrição e desperdício, poluição e formas de produção, guerra e poder, criminalidade e paz, Norte, Sul e Leste são fenômenos correlatos, embora não de maneira mecânica e uniforme. A imigração se transforma em instrumento providencial para entender que fazemos parte da família dos povos. A partilha dos bens transformará os atuais deslocamentos de povos para as praias do bem-estar numa livre escolha e não numa trágica constrição.

(1) Este artigo foi traduzido do original italiano por Agenor Sbaraini

* *Graziano Tassello* é diretor do CSER-Centro Studi Emigrazione-Roma.

DADOS SOBRE A PRESENÇA ESTRANGEIRA NA ITÁLIA

ESTRANGEIROS NA ITÁLIA

139.000
comunitários
319.000
Extracomunitários regularizados com a lei Martelli
30.000
Pedidos de regularização indeferidos
245.000
Estimativa de presenças irregulares
963.000
Estrangeiros na Itália (Estimativa Pres. do Conselho)

REGULARIZADOS POR PAÍS

Marrocos	Gana
46.871	6.091
Tunísia	Polônia
28.365	5.424
Senegal	Somália
15.967	4.223
Filipinas	Sri Lanka
13.134	4.080
Iugoslávia	Nigéria
11.155	3.511
China	Bangladesh
9.185	3.443
Egito	Paquistão
6.982	3.093

REGULARIZADOS POR REGIÃO

Lácio	Campanha
45.798	15.823
Lombardia	Toscana
32.858	14.060
Sicília	E. Romanha
29.970	12.257

REJEIÇÕES

(primeiros 9 meses de 1990)
52.000 Extracomunitários rejeitados na fronteira (30.000 em 89)
6.400 Extracomunitários expulsos (560 em 89)

FLUXOS PROGRAMADOS

Pelo decreto de 31 de outubro de 1990, em 91 poderá entrar na Itália somente:

- a) quem já tem trabalho e moradia assegurados
- b) cônjuges e filhos para o reencontro familiar.
- c) refugiados políticos.

PROJETO DE LEI

191.000 inscritos para emprego
106.000 Ocupados
7.000 Ocupados com autorização individual
304.000 Estrangeiros no mundo do trabalho

NO MUNDO DO TRABALHO

O novo Projeto de Lei prevê normas para:

1. Assistência na área da saúde
2. Emprego
3. Iniciação e formação para o trabalho
4. Acesso ao 1º Grau.
5. Bolsa de estudos para a Universidade.
6. Indenização para os que pedem asilo.
7. Intervenção de emergência para a moradia.

(Fonte "Nonsoloneo", agenda 1991)

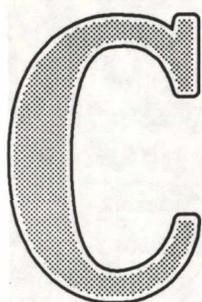
FESTIVIDADE DE NOSSA SENHORA DE COPACABANA*

MOTIVO DE UNIÃO DOS MIGRANTES BOLIVIANOS NA ARGENTINA

Isabel Laumonier



INTRODUÇÃO PANORAMA HISTÓRICO



ada grupo de migrantes se reveste de características próprias, percorre uma história e uma geografia particulares. O trabalho que apresentamos aqui - referente ao grupo boliviano na Argentina - tenta rea-

lizar uma breve aproximação da dinâmica dessa comunidade e lançar um pouco de luz sobre as estratégias que permitiram a tal coletividade fazer frente a uma dura realidade econômica, a uma política migratória equívoca e a preconceitos mais ou menos encobertos.

Buscamos assinalar de que forma o espírito do "ayllu" (vide glossário) atua para além dos limites bolivianos e de que forma as redes de parentesco (carnal ou ritual) se estendem superando fronteiras. Tomamos como parâmetro o processo de desenvolvimento de uma festa religiosa, colocando em cena a movimentação de uma coletividade em torno de um fim comum: neste caso, a celebração da festa de N. S. de Copacabana, tal como se desenvolve há muitos anos em vários pontos do país, especialmente no Bairro de Vila Soldati.

Para explicar mais claramente o desenvolvimento da festa, dedicamos maior ênfase, neste artigo, a um Glossário, no qual se consignam diferentes termos referentes a objetos, pessoas ou situações próprias do evento. Por se tratar de um fato cultural vigente, e portanto dinâmico, ano após ano se produzem transformações. Cada celebração é em si um fato singular que expressa e atualiza as vivências e o mundo do grupo.

1. Presença Histórica: a área andina

Os estudos sobre a migração boliviana rumo a Argentina indicam que a mesma se torna significativa a partir da terceira década deste século.

Na realidade, o contato entre bo-

livianos e argentinos dá-se bem antes no tempo, visto que, devido à influência aymara, o Noroeste do país entrará na órbita do *Tihuantinsuyo* (vide glossário) como parte do que tradicionalmente se denomina "área cultural andina". A conquista espanhola e em seguida o processo de independência, marcaram limites políticos constantemente ultrapassados pela realidade cotidiana: as formas de subsistência, as manifestações culturais, as relações sociais, perpetuam-se para além de Villazón e da Quiaca.

Por outro lado, o padrão pré-colombiano referente às atividades comunitárias, foi assinalado pela mobilidade entre os diferentes níveis ecológicos, como consequência dos diversos ciclos de produção de alimentos e pautado, igualmente, pelos ritmos das estações e das festividades religiosas: este sistema parece ter-se perpetuado e acomodado através dos séculos, superando as contingências e amoldando-se às circunstâncias.

2. Industrialização e mudanças

A partir da primeira década deste século, produziram-se sensíveis transformações na economia regional do Noroeste argentino: com o ingresso de capital inglês interessado em mecanizar e incrementar a produção de açúcar, diminuiu a mão-de-obra tradicionalmente dedicada à colheita, até então realizada pelos catamarquenos e também pelos tobas, maticos e chiriguanos. É quando se inicia a busca da mão-de-obra boliviana por meio de um recrutamento massivo. Os capatazes dos engenhos procuram trazer para Salta e Tucuman o maior número possível de famílias (uma vez que a colheita da safra requer a participação de homens, mulheres e crianças). Estima-se que durante o mês de maio ingressavam no país - via Quiaca - mais de 30.000 pessoas para trabalhar aproximadamente uns cem dias (de maio a novembro). Em novembro, parte do contingente regressava à Bolívia, porém habitualmente, certa quantidade de safreiros ficava instalada no país em busca de

novos campos de trabalho.

Entre os anos de 1938 e 1947 foi se acrescentando a necessidade de mão-de-obra devido ao desenvolvimento, nas Províncias de Salta e Jujuy, das plantações de tabaco amarelo, cultura que progressivamente foi sendo substituída pelo tabaco preto. Os trabalhos iam-se desenvolvendo de agosto a abril em Salta e de dezembro a março em Jujuy, cobrindo assim as necessidades de uma cultura exigente: a classificação, a embalagem, a secagem e o processamento das fibras. É assim que bom número dos trabalhadores bolivianos que terminavam a safra continuavam com o tabaco numa sucessão de atividades sazonais.

Por outro lado, os laços e contatos entre os conterrâneos, entre os estabelecidos no país e os trabalhadores sazonais, iam aumentando cada vez mais.

3. O Encadeamento dos Trabalhos Temporários

Um novo elo na cadeia de ocupações temporárias na área rural deu-se aproximadamente há três décadas, com o ingresso de mão-de-obra boliviana para a vindima, e posteriormente para algumas colheitas e trabalhos no fértil campo da hortifruticultura nos oásis de Mendoza. A colaboração destes trabalhadores foi indispensável na região, especialmente no Vale de Uco, grande produtor de tomates, cenouras e cebolas.

A partir da Reforma Agrária boliviana de 1953 os agricultores, especialmente os provenientes de Cochabamba e Potosí, ao romper seus laços quase feudais com a terra, começaram a buscar novos horizontes. Começou-se a sentir sua presença na Argentina em todos os lugares em que se desenvolviam centros hortigranjeiros: esse foi o caso de Santa Fé (Laguna Setúbal) e das planícies do rio Colorado. Também foram se instalando no Alto Vale do Rio Negro e em menor quantidade em Corrientes, por ocasião da colheita dos cítricos.



4. Do rural ao urbano: o ramo da construção

A penetração massiva de migrantes bolivianos, em sua fase inicial, pode ser considerada um fenômeno de características sazonais e com uma dinâmica rural-rural.

Não obstante, rapidamente, e a partir de sua presença no Noroeste, amplia-se a oferta de trabalho. Acabada a safra os migrantes começaram a procurar o ramo da construção civil, seja como serventes ou pedreiros, na cidade de Salta, seja nas tarefas de reforma e manutenção dos próprios engenhos (Ledesma, por exemplo). A partir dos anos 60 as ocupações se diversificaram notadamente e a presença de trabalhadores bolivianos era massiva, não só no Noroeste como em todos os pontos em que se desenvolvia uma obra de grande vulto. Verificou-se então um contínuo êxodo rumo ao sul do país desde a Costa Atlântica (Mar Del Plata e praias vizinhas), até Comodoro Rivadavia, Puerto Madri, - solicitados pelo desenvolvimento e pela infraestrutura da indústria pesqueira - e, finalmente, no ponto extremo Ushuaia.

A migração deixou de ser um fenômeno rural-rural para transformar-se, em muitos casos, num redimensionamento rural-urbano.

5. Fixação na Capital e Grande Buenos Aires

A partir dos anos 50 a presença dos bolivianos em Buenos Aires foi se acentuando. Tratava-se na verdade de

um movimento de atração rumo à metrópole que marcou fortemente duas décadas de certo desenvolvimento industrial, sobretudo no cordão periférico da capital federal. Multiplicaram-se as favelas dentro e fora do cinturão urbano: a presença dos imigrantes bolivianos foi notada especialmente nos bairros de Retiro, Colegiales, Baixo Belgrano, Vila Soldati e Lugano. Mais tarde, num perímetro de uns trinta quilômetros, instalaram-se assentamentos cobrindo um amplíssimo raio com direção preferencial rumo ao sul, sudoeste: La Salada, Lanús, Lomas de Zamora, La Matanza, Morón, Esteban Echeverria, Quilmes, Ezeleta.

Alguns desses assentamentos foram se transformando parcialmente em "bairros operários", com melhoria em sua infra-estrutura: água encanada, rede elétrica, demarcação de ruas internas e passeios entre as casas. Em algumas áreas (ex. Vila Soldati), a instalação de uma capela, o asfaltamento de algumas ruas e a criação de uma escola primária mudaram a fisionomia do bairro primitivo.

6. Política Migratória. As contradições

Entretando, não existiu coerência na política nacional quanto à radicação do migrante. Muitos deles, sem documentos, com licença provisória do trabalho, permaneciam no país em situação ilegal. Diversas imprecisões ou regularizações em massa de imigrantes pare-

ciam substituir uma legislação imprecisa. Estas disposições contrapuseram-se com medidas restritivas, desalentando o ingresso de novos imigrantes, ou mais drasticamente ainda, (sobretudo a partir de 1976) com as medidas de expulsão que eram postas em execução de maneira compulsiva.

Para muitas famílias isto significou uma partida definitiva; para outras, um parêntesis na espera de novos tempos. Para todos, certamente, um estado de insegurança que, unido às dificuldades materiais cada vez mais acentuadas, foram freando um lento ritmo ascendente que até o momento estava num processo de consolidação, através da rede de familiares, parentes, amigos...já instalados no país. Por outro lado, como assinala Balán "...as diferenças étnicas e culturais, além de uma cota importante, porém publicamente negada pelo preconceito, limitaram sua integração na sociedade urbana argentina".

7. População itinerante

Existem, atualmente, núcleos populacionais definitivamente assentados em diversos pontos do país. Não obstante, a esses agrupamentos deve-se somar ou subtrair constantemente um número significativo de membros. Em primeiro lugar, aqueles que, embora habitando permanentemente na Argentina, conservam alguém na Bolívia a quem recorrem para reforçar o ritmo de trabalho. Assim, no pico dos traba-

lhos temporários, aumenta a mão-de-obra familiar, a qual retorna ao país de origem quando sua presença torna-se desnecessária.

Por outro lado, um número não desprezível de itinerantes realiza um vai-e-vem constante nas fronteiras (durante o ano de 1987, a Direção Nacional de Migrações registrou um movimento diário de umas nove mil pessoas entre La Quiaca e Villazón); a esse êxodo incessante - base do denominado "contrabando formiga" - e que responde a uma estratégia própria de subdesenvolvimento segundo as conveniências econômicas de um lado e outro da fronteira, deve-se somar uma rede mais ampla de compra e venda de produtos para satisfazer as demandas e hábitos culturais dos bolivianos, principalmente daqueles que residem nos centros urbanos. Para comprová-lo basta assistir a qualquer uma das festividades religiosas; as feiras que acompanham essas celebrações dão testemunho da quantidade e diversidade dos produtos em constante circulação.

Outro dos fatores desta dinâmica é a possibilidade de trabalhar no ramo da construção. Pois bem, como já assinalamos, se existe um deslocamento em busca de novas oportunidades dentro do país, existe igualmente a possibilidade de exercitar a profissão em ambos os países. Assim foi estabelecido por Dandler e Mederos, os quais apontam que "...realizamos entrevistas nas principais empresas construtoras de Cochabamba. O número de trabalhadores que atualmente empregam é muito reduzido. Não obstante, enfatizaram que quando existe oferta de mão-de-obra especializada, recorrem a uma rede de contatos com pedreiros... tanto de origem rural como de origem urbana, que tenham tido experiência na Argentina. Quer dizer, a contratação de mão-de-obra qualificada na construção - quando existe demanda - está estreitamente ligada a uma prévia experiência dessa mão-de-obra na Argentina".

8. O trabalho autônomo e os trabalhos temporários

Pode-se então concluir que, unida a uma grande mobilidade existe uma facilidade de adaptação em diversos empregos, uma constante acomodação às necessidades do mercado de trabalho, elementos aos quais se deve acrescentar um número bastante elevado de autó-



Foto: Claudino Balen

nomos.

Na Argentina, o trabalho informal foi aumentado na última década, alcançando 20% da população economicamente ativa: esta atividade, consequência de condições econômicas desfavoráveis, representa uma situação conflitiva e de certa forma nova para amplos setores sociais do país; neste sentido, as redes estabelecidas pelos grupos de migrantes bolivianos, oferecem-lhes uma maior margem de segurança e ganhos. Além disso, para muitos bolivianos, o deslocamento para a Argentina não é considerado em si como migração, mas uma forma de conseguir trabalho. "Há uma demanda já estabelecida de mão-de-obra boliviana, apesar da deterioração da indústria da construção e do desemprego, especialmente em Buenos Aires a construção civil oferece flexibilidade de tempo já que o trabalhador mais "livre" (sem família) pode viver na obra ou num acampamento, para dedicar-se com mais intensidade e fazer horas extras. A construção oferece também oportunidades específicas, como a possibilidade de poder voltar à Bolívia e regressar com relativa segurança de encontrar trabalho. Mesmo os contratos são flexíveis: aqueles que não têm documentos e, portanto, não podem ser contratados pelas empresas construtoras, são recrutados pelos agenciadores, muitos dos quais são do próprio país. Além disso, o agenciador permite ao migrante negociar possíveis ausências e sua substituição por outro

parente ou conhecido" (Dandler/Mederos).

Dos pontos 7 e 8 conclui-se então que a construção - da mesma forma que o trabalho rural temporário - são soluções de trabalho buscadas pelos migrantes: mas que no caso da Argentina o grande número de migrantes internos neste mesmo mercado de trabalho informal e subemprego facilita a ocupação diária (bicos) e temporária (contratações indefinidas) numa diversificação de oportunidades.

9. A Mulher: sua contribuição na economia familiar

Em muitos casos, são as mulheres bolivianas que facilitam esse tipo de circuito, garantindo com o próprio trabalho a economia familiar e permanecendo à frente da família enquanto os homens cumprem seus contratos em lugares distantes, seja na área urbana ou rural.

O trabalho feminino enquadra-se na maioria das vezes no mercado informal, seja por meio da venda, em geral de vegetais, seja trabalhando em oficinas de tecelagem ou corte e costura (as quais, desde há alguns anos, estão nas mãos de membros da coletividade coreana). É de se notar que o antigo e primitivo comércio ambulante de alho e limão foi-se incrementando e diversificando. A estrutura de aquisição, distribuição e venda de pequenas quantidades de verduras costuma organizar-se nos mercados centralizadores de mo-

nopolizadores do produto: logo cada mulher instala-se nas redondezas de algum centro comercial, só ou acompanhada dos filhos menores que não pode deixar em casa.

Esse tipo de transação de comércio não exige um capital inicial importante e pode ser abandonado e retomado sem maior dificuldade, ou alternar-se com outro tipo de ocupação e trabalho.

Outra tarefa feminina é a de atender pensionistas - todas as vezes que as condições habitacionais o permitem - e devido à intensa circulação de compatriotas, esta é uma opção a mais que ajuda a incrementar o orçamento familiar. Este sistema de trabalhos "livres" que permitem certa flexibilidade no emprego do tempo é a razão pela qual as mulheres bolivianas, em sua grande maioria, não se empregam como domésticas que "dormem no emprego".

Em geral e de acordo com as estatísticas, pode-se afirmar que o grupo boliviano é fortemente endogâmico. A menor mobilidade da mulher corresponde, geralmente, à necessidade de permitir o desenvolvimento normal da escolaridade dos filhos e ao desejo de que os mesmos completem pelo menos o curso primário.

10. Continuidade nas redes de ajuda mútua

É justamente a possibilidade de encontrar entre parentes e amigos casa e comida desde o momento da chegada, que facilita a instalação e rápida inserção no novo meio. O espírito comunitário é herança de uma longa história, ainda antes da dominação incaica os aymaras praticavam o coletivismo agrário dedicando uma terça parte da terra à comunidade ou "ayllu".

Como assinala José Blanes, a situação, tanto na Bolívia quanto na Argentina, fez com que "... a maioria das famílias... estivesse abandonada à própria sorte e por isso concentram-se no recurso e na busca de ajuda dentro dos membros da própria família, como a única alternativa a um mundo hostil para a sua sobrevivência. Por sua vez, estas famílias procuram todos os meios conhecidos há vários séculos para sobreviver; apóiam-se em formas de organização social, em relações entre famílias, em regras e normas de conduta que servirão para sua sobrevivência. Desta forma, pode-se explicar

a força tão grande que tiveram na Bolívia instituições como o "ayllu", o trabalho em forma de "ayni" (vide glossário), as relações de parentesco e de apadrinhamento".

11. Fortalecimento dos vínculos

Na vida cotidiana, o emaranhado de prestações de serviços pode ser considerado sob o prisma com que se contempla o fenômeno no seio da sociedade Andina: "... as relações sociais de alcance mais reduzido (estruturadas em torno de parentesco próximo, da vizinhança, do apadrinhamento...) são atividades ao longo do ano que se praticam por ocasião de determinados eventos e cerimônias (funerais, batismos, coberturas da casa, "ritichico" (vide glossário: rutichicho) etc... Às relações que vinculam as pessoas mais próximas sociologicamente permanecem vivas no contato cotidiano: outras se ativam em ocasiões determinadas" (Karasik, G.).

Estas "ocasiões determinadas" concentram-se sobretudo em torno das festividades religiosas. Segundo a região de origem, os migrantes trouxeram o culto a seus "santos" (neste conceito estão incluídas também as figuras de Cristo e da Virgem Maria). As mais notáveis são as dedicadas à Virgem de Copacabana, à Virgem de Urcupina; ao Senhor de Laguna (Tata Laguna), ao Senhor de Maika e à festividade da Exaltação da Cruz.

12. As Festas

O culto a uma das devoções à Virgem ou à figura de Cristo, tende a originar-se no seio de uma família que tenha essa devoção e que possua uma imagem (estátua, quadro ou estampa) colocadas numa espécie de altar doméstico ao qual pouco a pouco começam a acorrer os vizinhos. Apresentam-se também contêrrâneos de outros bairros que pertencem à região onde tal Virgem ou tal Cristo são venerados. Os "donos" da imagem costumam "emprestar o Santo" o qual vai percorrendo, não apenas diversas casas como também locais distantes, onde se formam verdadeiros focos de oração e devoção. O culto aumenta em importância e ali onde, originariamente existiu um pequeno altar, vão se formando lugares de cultos dedicados à veneração da imagem, a qual recebe oferendas, velas e flores durante o ano inteiro.

Quando o número de fiéis vai aumentando, o culto privado passa a ser público. Pode-se dizer que é a primeira aproximação da igreja-povo com a igreja-instituição e as relações entre ambas variam conforme a aceitação que o grupo encontra por parte do clero. Essa aceitação do culto popular foi se ampliando no decorrer dos anos graças a uma pastoral adequada aos tempos.

A celebração da festa própria do santo vai sendo acrescida com os anos: será precedida com uma novena e finalmente prolongar-se-á durante uma semana concluindo com outra festividade (ver glossário: *Dejamen*). Pouco a pouco vai se integrando uma maior quantidade de responsáveis e participantes em cada celebração. Cada um deles ficará encarregado de uma parte - pequena ou grande - da festa que acompanha o culto. A festa maior ficará a cargo dos "Padrinhos da festa ou pasantes", que pedirão ajuda a outros padrinhos, os quais por sua vez, se responsabilizarão pelos bailes, pela orquestra, pela parte material da festa (comidas e bebidas etc etc ("padrinhos menores").

Através dos anos as devoções foram se multiplicando junto com os novos assentamentos de migrantes. Há aproximadamente uma década, a festa de Nossa Senhora de Copacabana era praticamente uma das poucas manifestações de massa do grupo boliviano, seguida pela "Exaltação da Cruz" e a de "Tata Laguna". Atualmente, a devoção se estendeu a diversos bairros, em datas distintas; surgiram também novas manifestações como a da Virgem de Urcupina e a de Nosso Senhor de Maika.

O Glossário que apresentamos em seguida baseia-se no seguimento durante vários anos da celebração da festa de Nossa Senhora de Copacabana, tal como se realiza durante a segunda semana de cada mês de outubro no bairro de Vila Soldati.

Preferiu-se desenvolver o Glossário seguindo os passos próprios da festa e não segundo uma mera ordem alfabética. Além disso, aos termos próprios da celebração, acrescentaram-se outros conceitos, com a finalidade de explicar tradições da região Andina e que formam a base sincrética da festa, e a demonstração da vigência de uma ampla rede de ajuda mútua no seio da coletividade.

GLOSSÁRIO FESTAS E TRADIÇÕES

IMAGEM DA VIRGEM DE COPACABANA

A imagem representa a apresentação de Jesus no Templo (Cf. Lc. 2, 22-32). É a imagem da "Virgem da Candelária". Carrega em um dos seus braços o menino Jesus que tem na mão uma vela (a luz do mundo), na outra tem uma cestinha com duas pombas, exigidas pela lei judaica (Lc. 5, 7; 12, 8).

A peça original da grande imagem foi feita em meados do século XVI pelo índio Tito Yupanqui. Naquela época existia uma ordem proibindo a confecção de imagens pela população nativa (supõe-se que por temor à idolatria).

As tentativas de Tito Yupanqui foram numerosas; em várias oportunidades foi obrigado a destruir seus intentos.

Finalmente, sua estátua feita de madeira foi entronizada no dia 2 de fevereiro de 1583 no altar-mor da Igreja de Copacabana.

Na década de 70, o vigário de Vila Soldati manda de vir da Bolívia uma estátua da Virgem; esta imagem foi entronizada na Igreja de Nossa Senhora das Graças. Mais tarde foi trasladada para o coração do bairro dos bolivianos, na capela erigida na esquina das ruas Charrua e Itaqui (Vila Soldati).

O VESTIDO DA VIRGEM

A cada ano, o padrinho da festa traz da Bolívia um ou dois vestidos novos para a Virgem confeccionados especialmente para a ocasião.

Pode também ocorrer que mulheres devotas, por uma promessa à Virgem, bordem elas mesmas os vestidos (neste caso, portanto, são elas as madrinhas do vestido).

Na noite de sexta-feira que antecede a festa, um grupo de mulheres, liderado pela esposa do padrinho, reúne-se na capela. Após rodearem a imagem para protegê-la de olhares indiscretos, a esposa do padrinho retira-lhe o vestido e coloca o novo. Todas a adornam com enfeites doados pelos fiéis.

Foto: Claudino Balen



OFERENDAS À VIRGEM

No dia da festa, a imagem da Virgem é instalada no átrio da capela e os vizinhos aproximam-se para enfeitá-la com flores e velas. Prendem também em seu vestido compridas fitas com cédulas bolivianas e argentinas. Estas podem ser da moeda corrente ou reproduções em miniatura de dinheiro boliviano. Segundo a tradição, essas miniaturas simbolizam o dinheiro real.

Tal costume tem sua expressão máxima na festa das Alasitas em La Paz (Vide Glossário Alasitas).

A RESPONSÁVEL PELO ALTAR

É a encarregada de cuidar e preparar o altar sobre o qual se expõe a imagem durante a semana ou quinzena em que se celebra sua festa. Arruma as oferendas de flores e velas trazidas pelos devotos.

A FRATERNIDADE

É uma organização básica dos imigrantes bolivianos. Expressão do sentimento comunitário, cria laços de união, cooperação e integração em uma comunidade determinada. Consiste em

um grupo de famílias que se unem em torno da Virgem ou de Nosso Senhor Jesus Cristo. Surge da devoção que provém do próprio lugar de origem dos membros. Exemplos mais conhecidos: Virgem de Copacabana (própria da região do Altiplano, ainda que esteja estendida por toda a Bolívia); Tata Laguna (Oruro); Senhor da Exaltação (Cochabamba); Senhor de Mayka (Chiquisaca); Virgem de Urkupina (Cochabamba) etc.

Pode haver Fraternidades estáveis próprias de um bairro da capital Federal ou da Província, onde a cada ano, numa data determinada, ocorre a festa. Existem também Fraternidades itinerantes cuja festa acontece a cada ano em um lugar diferente, de acordo com a residência do padrinho.

ORGANIZAÇÃO DA FESTA

A organização de cada festa começa, na realidade, exatamente no ano anterior quando, durante a celebração em curso, se elegem os futuros organizadores ou padrinhos do próximo evento.

Trata-se, na realidade, da designação oficial dos mesmos, já que sua aceitação para o cargo geralmente é conseguida em contatos anteriores por meio de uma tramitação chamada "o rodeio" (Vide: El rodeo).

A preparação dos grupos de baile e seus ensaios, assim como a confecção dos trajes dos conjuntos e a aquisição de certos elementos que provêm amiúde da Bolívia, intensificam-se durante os dois meses que antecedem o festejo.

OS PADRINHOS

São os responsáveis diretos pela festa; ou seja, são aqueles que aceitaram encarregar-se dela.

Esta função é assumida por dois casais: o padrinho de festa e o padrinho de baile, com suas respectivas esposas.

Estes cargos, por sua vez, implicam elevados gastos por um lado, e por outro um destaque dentro da comunidade. Em virtude dos custos que a

feita acarreta, costuma-se eleger pessoas que tenham um certo poder aquisitivo.

Em outras Fraternidades, os padrinhos são economicamente modestos. Estes encaram a festa como verdadeira devoção, trabalham durante o ano todo para fazer frente aos gastos, mas muitas vezes endividam-se enormemente; sempre, porém, com a certeza de que a Virgem os recompensará em dobro.

O PADRINHO DA FESTA

É o responsável último da festa e quem responde pelos gastos. Durante todo o período das festividades e no decorrer das cerimônias ocupará, juntamente com seu cônjuge, um posto de destaque, carregando o estandarte de veludo ou seda, bordado com fios de ouro, prata e lantejoulas. O estandarte consignará o nome da festa, a data da celebração e o nome da família patrocinadora. Durante o decorrer do ano o estandarte permanecerá na capela.

Fica a cargo dos padrinhos os banquetes que se oferecem a compadres, parentes, amigos, grupos de baile e colaboradores, o que configura mais de uma centena de pessoas.

OS COMPADRES - O APADRINHAMENTO

Distinguem-se dois tipos de compadres: os que o são por meio de batismo ou crisma e os que estabelecem uma relação especial com os padrinhos, encarregando-se de um aspecto específico da festa. O compromisso assim assumido reveste-se de um significado todo especial. Pode-se ser padrinho de baile, de comida, de vestido, de altar etc; contrai-se dessa forma uma relação de compadrio com o padrinho principal. O apadrinhamento estabelece uma relação permanente e compromete as partes a uma série de favores e auxílio mútuo.

"EL RODEO"

Assim se chama a ação em que o padrinho solicita colaboração para os gastos que deverá enfrentar e procura assegurar a participação do futuro responsável pela festa do ano subsequente.

O padrinho que subvenciona a festa do ano em curso oferece ao padrinho do próximo ano uma soma em dinheiro e um determinado número de caixas de

bebida. Essa mesma cerimônia é repetida com vizinhos de muita confiança aos quais se pede ajuda, oferecendo-lhes algumas garrafas e solicitando sua futura ajuda. Se o oferecimento é aceito, há um compromisso formal de colaboração que se confirma com brindes, denominados "aliança". Nesse momento assume-se a obrigação do *Ayni*. Pode-se também nomear o padrinho durante o Baile Cerimonial (Vide Baile Cerimonial).

O PADRINHO DE BAILE

O padrinho de baile organiza e financia, em parte, os grupos de bailarinos que dançarão em homenagem à Virgem. Geralmente, a madrinha do baile assiste e promove os ensaios prévios e controla os diferentes aspectos que constituem a atuação dos bailarinos.

O privilégio dos padrinhos é carregar a Virgem nos ombros durante a procissão.

OS ARCOS

Costuma-se decorar os primeiros cem metros do percurso por onde percorrerá a procissão com a Imagem, com arcos formados por dois altos mastros verticais, unidos por um mastro transversal. Os dois primeiros são fincados em barris ou latões cheios de areia instalados em margens opostas. Todo o conjunto é recoberto com tecidos multicoloridos e decorado com fitas que trazem as cores das bandeiras da Argentina e da Bolívia, além de flores artificiais e enfeites outros.

Encarregam-se da confecção e instalação dos arcos os vizinhos da rua, como forma de oferecimento conjunto à Virgem.

Trata-se de um costume muito antigo do povo boliviano que costuma homenagear os visitantes ilustres, recebendo-os com arcos de boas-vindas, colocados em todas as ruas ou caminhos por onde passará o visitante, seja este uma autoridade governamental ou indígena.

Os arcos distinguem-se de acordo com as regiões: no Altiplano e áreas de mineração destacam-se os utensílios de prataria antiga, as bonecas enfeitadas e vestidas com trajes típicos e figuras de lhamas e vicunhas feitas artesanalmente. Nos vales aparecem os arcos carregados de frutos próprios do lugar: laranjas, bananas, milho etc...

No caso das festividades religiosas, dedica-se um especial cuidado à ornamentação dos arcos visto serem, a Virgem ou Jesus Cristo, os visitantes homenageados. As Fraternidades revivem o costume e enfeitam os arcos com elementos das diferentes regiões.

OS TRANSPORTES

O dono de um caminhão ou automóvel pode oferecer um transporte como promessa. Neste caso, os veículos são recobertos com tecidos multicoloridos e sobre os mesmos coloca-se todo tipo de objetos.

Os carros ornamentais participarão da procissão dispondo-se um atrás do outro, formando filas de até vinte carros ou mais. Costuma-se adorná-los profusamente com quadros (representações do Sagrado Coração, da Virgem ou de heróis como Sucre ou San Martin); são colocados também espelhos, cartões, chapéus, pratos, bandejas, talheres de metal prateado, fitas, rendas, flores e bonecas.

Trata-se de um antigo costume das zonas mineiras, onde se 'carregam' os animais de transporte com a abundância de produtos de prata e outros metais. O objetivo desse 'transporte' é fazer passar perante a Virgem toda riqueza obtida da terra e oferecer-lá como agradecimento. Num dia de festa, até os animais utilizados no trabalho diário devem ser enfeitados para ser oferecidos em oblação.

Mas os tempos mudaram e, atualmente, enfeitam-se os veículos motorizados para serem oferecidos como agradecimento, visto que sua obtenção representa muito trabalho e sacrifício, assim como para os camponeses um animal de carga é um bem muito difícil de ser adquirido; e este se obtém somente com a ajuda da Virgem.

A PROCISSÃO

A procissão começa assim que termina a missa e é encabeçada pelos grupos de baile, seguidos pela imagem da Virgem, dos sacerdotes, passantes e cortejo. Fecham-na os carros enfeitados que avançam devagar, cuidadosamente dirigidos por uma pessoa que indica o caminho através de um sinal deixado propositalmente em meio aos adofnos. Em alguns casos, juntam-se pequenas bandas de música.

AS PARADAS

De trechos em trechos, ao longo das ruas por onde passará a procissão, fazem-se paradas. Trata-se de locais com mesas dispostas em frente de uma casa, cobertas com toalhas brancas e bordadas.

Na parede, um tecido multicolor ou uma tela florada serve de pano de fundo para imagens, vasos, velas e outros enfeites como, por exemplo, escudos bolivianos e laços argentinos.

Diante destes pequenos altares, a imagem parará durante a procissão e todos rezam uma oração em comum.

A casa assim visitada recebe a bênção da Virgem que agradece a seus moradores por terem erigido um altar "para que descanse da caminhada", pois, uma vez que a Virgem gosta da festa ("é festeira"), "também se cansa".

GRUPOS DE BAILE (1)

Os alto-falantes anunciam a ordem em que desfilarão os grupos de baile e o nome dos passantes que são seus padrinhos. Os bailarinos encaminham-se em duas filas paralelas, ao longo do estreito corredor que a multidão deixa livre. Avançam e retrocedem desenhando as coreografias previamente ensaiadas e alternando o ritmo conforme indique o ritmista. Os temas musicais repetem-se, acompanhando os passos dos bailarinos. Estes dançam quase ininterruptamente durante todo o trajeto da procissão, seja acompanhados por conjuntos musicais, seja ao som de música gravada.

Não se trata de um "corpo de baile estável" à maneira de corpos de baile folclórico, de shows ou outros espetáculos. Os conjuntos de baile são integrados, em sua maioria, por jovens e crianças que fazem promessa de dançar para a Virgem (a promessa consiste em dançar durante três anos consecutivos). É uma forma de demonstrar devoção e reverência.

GRUPOS DE BAILE (2)

Existe certo número de conjuntos de baile que costumam atuar na maioria das festas religiosas e são representativos das diferentes regiões da Bolívia. O grupo Llamerada, por exemplo, corresponde ao baile típico dos arrieiros de lhamas e vicunhas, próprios da zona do Altiplano (La Paz, Oruro, Po-

tos). Outros grupos representam situações históricas como o dos Caporales, que simbolizam com seus chicotes a figura dos antigos capatazes.

Os conjuntos de Llamerada, Cullawada, Diablada, Morenada etc, constituem grupos de baile e melodias rítmicas em si mesmos, próprios de seus lugares de origem.

Para intervir na procissão costumam apresentar Diabladas ou Morenadas provenientes de diferentes Províncias argentinas (como o caso da Diablada de Mendoza e dos conjuntos provenientes da costa atlântica).

GRUPOS DE BAILE (3)

Os integrantes dos grupos de baile, em geral, são de uma faixa etária que varia entre os quinze e vinte anos. Todavia, existem também grupos infantis: a Cullawadita, os Caporalitos. Geralmente essas crianças cumprem uma promessa feita por seus pais e por eles costumam participar durante três anos consecutivos nesses conjuntos.

Durante os bailes desenvolvem-se normalmente oito figuras básicas: avanços, recuos, contramarchas. Os passos rápidos e saltitados tornam-se lentos quando o indica o assobio do condutor, do mestre de dança quando sinaliza a formação de filas quádruplas e cruzamento dos pares.

O BAILE CERIMONIAL

Ao terminar a procissão, assim que a Virgem é entronizada em seu altar (preparado antecipadamente no local ou salão onde ocorrerá o baile comunitário), logo a orquestra começa a tocar uma "cueca" (um ritmo) para os padrinhos.

Todos os convidados formam uma roda e no centro dançam, primeiramente, os padrinhos principais, ou organizadores, da festa correspondente ao ano. Entre abraços são felicitados e homenageados com papel picado multicolor, coquetel, vinho e cerveja.

Em seguida é a vez dos futuros padrinhos. Neste caso, particularmente, se os próximos não foram identificados de antemão, a orquestra continua tocando e os padrinhos dançam até que entre os convidados um casal devoto se ofereça voluntariamente. Dá-se então o intercâmbio de pares e novamente o baile, os abraços, as homenagens e a bebida.

Assim, por turno, entram na roda os demais padrinhos menores, isto é, o padrinho da orquestra, o da bebida, o do altar etc etc.

Após esta cerimônia prévia, a orquestra toca inumeráveis *waynos*, *cuecas*, *cumbias* etc, para o público em geral.

Deve-se assinalar ainda que durante o baile todo não é qualquer um que pode dançar com um dos cônjuges do casal dos padrinhos principais. Só pode fazê-lo aquele ou aquela que se aproxima com uma doação que consiste em uma ou várias cédulas de grande valor (austrais ou dólares). Primeiramente o prende no tecido multicolor que o padrinho carrega cruzado no peito e nas costas passando por sobre o ombro esquerdo. Realizada esta cena, convida o padrinho para dançar.

Antes ou depois brindarão juntos e "Ch'allarán" (Vide: ch'allar) para a 'Pachamama' (mãe terra).

OS TRAJES

Os trajes dos conjuntos de baile mudam, geralmente, de ano para ano. Decidido o novo modelo, cada um dos integrantes do grupo dá uma soma em dinheiro para comprar o material e pagar a modista e/ou pessoa encarregada da confecção.

A maioria das roupas é profusamente enfeitada, com lantejoulas, pérolas, franjas, mechas, galões, fitas e fios bordados, e o tecido que se costuma empregar com maior frequência é o linho de cores brilhantes e contrastantes.

Na maioria dos casos, certos implementos, como os chapéus e os tecidos multicores, são trazidos diretamente da Bolívia.

Existem conjuntos de baile cujos trajes são sumamente caros; é o caso de "La Morenada" ou a "Diablada", com suas máscaras, seus personagens (o anjo São Gabriel, o Oso, o Condor, a china *Supay* (o diabo). Em algumas ocasiões, estes grupos se deslocam de outras províncias, como acontece com a Diablada de Oruro, de Mendoza, que veio render sua homenagem à Virgem por ocasião de sua festa em Vila Soldati. Ao mesmo tempo, através dessa dança, representa-se a luta entre o bem e o mal, com a derrota e a submissão do diabo (*Supay*).

AS "LEMBRANÇAS"

Chamam-se assim (*colitas*) uma espécie de "souvenirs" que são entregues

aos que participam da festa.

Trata-se de uns pequenos cartões, com uma inscrição com o nome e a data da celebração e com a denominação dos padrinhos de turno. São pequenas lembranças, denominadas *Colitas* uma vez que os cartõezinhos levam fitas penduradas. Os padrinhos das lembranças encarregam-se das despesas e distribuição das mesmas. Costuma-se levá-las presas na lapela.

A COMIDA

A preparação da comida para o dia da festa começa com vários dias de antecedência, com a coleta dos alimentos. Alguns elementos - como diferentes tipos de batatas e milho -, por exemplo, são trazidos diretamente da Bolívia.

O cozimento dos alimentos realiza-se em cozinhas e pátios, nos quais se instalam enormes panelas. A comida constitui a expressão máxima do sentido comunitário da festa. É a maior demonstração de agradecimento por parte do padrinho a todos os seus colaboradores, em primeiro lugar; à presença de autoridades distritais e personalidades ilustres, bem como é o oferecimento e a demonstração de sua generosidade para com todos os convidados.

A falta de comida constitui uma ofensa; por isso, ela deve não só ser suficiente para atender a todos, mas deve existir em abundância para que sobre.

Essa comida é servida em lugar privado, onde só se entra com convite. Na rua e em diversas casas de família vende-se comida, geralmente comidas típicas, formadas de picadinho de frango, carne assada, churrasquinhos, pastéis, torresmos, guisados, sopas a base de milho, arroz, abóbora, amendoim e diversos tipos de batatas.

A BEBIDA (1)

A bebida por excelência é a aguardente de milho, em cores ou branca, acompanhando a cor dos grãos. É elaborada de forma caseira e natural em cada bairro habitado por bolivianos, onde há especialistas na matéria.

A aguardente de milho (*chicha*) é uma bebida com forte graduação alcoólica e é mantida em fermentação durante uma semana. O primeiro trago da aguardente normalmente é jogado no chão como forma de um oferecimento, uma homenagem à *Pachamama* (mãe terra).



Foto: Claudino Balen

A BEBIDA (2)

A bebida é outra expressão do sentido comunitário e festivo da celebração. É muito difícil ver-se um boliviano bebendo sozinho: sempre bebe em comunidade. Não se pode recusar qualquer convite para beber porque seria uma ofensa ao oferente, principalmente quando o convite é feito pelos padrinhos. É uma forma de se relacionar com os outros.

Para os autores Cartes e Mamaní, o consumo de álcool na sociedade ocidental urbana e na sociedade andina tradicional diferencia-se em vários aspectos: em primeiro lugar, a ingestão ocorre quase sempre em um contexto social. Na sociedade tradicional Aymara, alguém tem a obrigação de tomar uma determinada quantidade de álcool por ordem de seus anfitriões e é muito raro que tome sozinho. Por outro lado, o álcool é considerado um objeto ritual. (Carter e Mamaní, 1982, em Karasik, Graciela).

"CH'ALLAR" (HOMENAGEM À MÃE TERRA)

Oferecimento que se faz à Mãe Terra (*Pachamama*), cada vez que se toma uma bebida. Aproxima-se o copo do solo e jogam-se algumas gotas.

Na realidade a *Ch'alla* é realizada em toda a reunião em que se beba. Neste caso, significa uma das múltiplas manifestações do sincretismo presente nessa festividade.

"A *Pachamama* é uma deusa feminina que produz, que gera. A ela se invocava antes de semear, quando se safa de casa, e em algumas enfermidades" (Adam Quiroga).

"RUTICHICHO" OU "CHUJCHARRUTU" (PRIMEIRO CORTE DE CABELO DA CRIANÇA)

Corte de cabelo que se faz nas crianças, pela primeira vez, quando completam três ou quatro anos de idade. Neste momento, se lhes penteia os cabelos em forma de tranças, que são cortadas e distribuídas entre os convidados à cerimônia, os quais retribuem ao participante com presentes.

O "WATAKALLPA" (SOBRA DE BEBIDA)

Wata: ano, *Kallpa*: força de trabalho. Chama-se assim o restante das garrafas de bebida que não foram consumidas durante a festa e que passam a integrar o patrimônio da festa seguinte.

O "FERROCARRIL"

Dá-se o nome de *ferrocarril* ao oferecimento de diversos tipos de bebidas que vão sendo tomadas durante a festa. Deve-se oferecer o *ferrocarril* a todos os que chegam atrasados bem como aos visitantes. Além da aguardente, costuma-se tomar vinho, cerveja e bebidas variadas.

O "DEJAMEN" (OITAVA DA FESTA PRINCIPAL)

O *Dejamen*, segundo a expressão popular, é festa pequena, a celebração realizada na oitava da festa principal.

Inicialmente tratava-se de fato de uma cerimônia para "despedir" a grande festividade; mas pouco a pouco foi se revestindo de maior importância e, atualmente em alguns casos, quase não se diferencia da festa propriamente dita.

O "AYNP" (AJUDA FRATERNA)

(Toma a raiz de *Aylli*: Quechua, verbo infinitivo: ajudar)

Costuma-se chamar assim a doação que o padrinho do ano em curso recebe da parte do padrinho do ano anterior.

Em geral, consiste numa quantidade apreciável de bebida e, às vezes de dinheiro, a fim de ajudá-lo na concretização da celebração da qual ficou encarregado. A este, por sua vez, caberá cumprir com a mesma obrigação em relação a quem for assumir a próxima festa.

A obrigação do *ayni* existe também quando o padrinho pede ajuda a outros integrantes da fraternidade (empréstimo de dinheiro, bebida, comida, ou algum serviço em particular como o de realizar tarefas de garçom para servir a comida, bebida etc). Deste modo, o padrinho, fica na obrigação de retribuir esta ajuda a cada um quando assim o requerer, ou seja, quando forem eleitos padrinhos de alguma outra festa.

Este costume do *ayni* é uma verdadeira instituição nas ocupações agrícolas, uma vez que se trata de uma forma de prestação de serviços. Em tempos de semeadura ou colheita, um membro de uma comunidade rural solicita a ajuda a alguns outros membros da mesma comunidade e todos vão trabalhar em seu campo. Deste modo, este fica obrigado a trabalhar para cada um dos ou-

Foto: Claudino Balen



tros quando chegar o momento.

Segundo alguns sociólogos, a razão do êxito de certas cooperativas agrícolas do Sul da Província de Buenos Aires deve-se ao fato de serem formadas por camponeses bolivianos acostumados com esta metodologia. (VILLAR, Juan: "O projeto CORFO", conferências).

"TAHUANTINSUYO"

(De "Tawa": quatro - "Suyu": região) Império Inca dividido em quatro grandes regiões. O Inca governava com a assessoria de um conselho formado por quatro coordenadores das quatro grandes regiões do império, cuja imensa extensão compreendia desde o Sul da Colômbia até Maule (Chile).

"AYLLU"

Unidade geográfica e social que constitui a base organizativa dos povos andinos na época anterior à formação do Estado Inca.

Era uma comunidade primitiva na qual se integrava um número variável de famílias vinculadas por parentesco e que colocavam em comum suas terras cultiváveis e os pastos de que dispunham. O chefe recebia o nome de *CURACA*; o cargo que era hereditário reunia o poder de julgar e o poder executivo. Essa instituição básica não chegou a desaparecer com a conquista espanhola.

"ALASITAS"

(*Alasitas*: significa "compra-me" em aymara)

Trata-se de uma festa celebrada no dia 24 de janeiro em La Paz. É a festa dos desejos, na qual compram-se pequenos objetos para que a posse dos mesmos permita concretizar um pedido. "Assim, por exemplo, aquele que compra uma mala em miniatura está pedindo que se realize uma viagem; o que consegue uma pequena torta de bodas quer casar-se; o que exhibe pequenas cédulas está desejando fortuna" (Grossi, Ernesto).

É este, pois, o significado das pequenas cédulas que se penduram ao vestido da Virgem.

* Este artigo de Isabel Laumonier foi enviado à redação da revista *Travessia* pelo CEMLA-Centro de Estudos Latinoamericanos de Buenos Aires/Argentina.

A tradução do original espanhol foi feita por Mário Geremia.

BIBLIOGRAFIA

BALAN, Jorge, *Los bolivianos, esos desconocidos*, Diario Clarín 14/5/1985.

BLANES, José, *De los valles al Chapare - Estrategias familiares en un contexto de cambios*, CERES, Cochabamba, 1983.

BOLETINES del Equipo Pastoral Boliviano, Años 84, 85 y 86.

CADEMS, Cuadernillo N° 5 - Mayo '84: *Migraciones, temas y ensayos*.

CALDERON, Fernando, *Campesinos en la ciudad*. La Opinión 5/6/85.

CUADERNOS POPULARES, N° 2 Secretariado Nacional de Pastoral Social. Dpto. de Pastoral Migratoria. Cochabamba, (s/fecha).

DANDLER y MEDEROS, J, *La migración temporal internacional y su impacto en los lugares de origen*, Bolivia, CIM 1985.

DE MARCO Graciela y SASSONE Susana, *Movilidad geográfica de los inmigrantes limítrofes. Su impacto en la frontera argentina*. OIKOS, 1983.

GROSSI, Ernesto, Bolivia: *El misterioso diablo del carnaval*, en Suplemento dominical diario "Clarín", 1985.

KARASIK, Gabriela, *Inercambio tradicional en la puna jujeña* em RUNA, Volumen XIV, 1984.

LASERNA, Roberto, *Espacio y sociedad regional*, em ed. CERES, Cochabamba, 1984.

LAUMONIER, ROCCA, SMOLENSKY, *Presencia de la tradición andina en Buenos Aires*, Editorial de Belgrano, 1983.

MUGARZA, Susana, *La población boliviana en la ciudad de Buenos Aires*, Jornadas del IDES, 14 y 15 de noviembre de 1984.

VILLAR, Juan, Curso Intercambio sobre migraciones internas e internacionales. OEA - CIM, Gobierno Argentino, 6 al 12 de Julio de 1985. Conferencia.

ZALLES, A. Monseñor, *Breve historia de la Virgen de Copacabana*, Ed. Talleres Don Bosco, La Paz, Bolivia, 1983.

HISPANO-AMERICANOS, OS PRESENTES AUSENTES

Cláudio Ambrózio*
Mário Geremia**
Rita Bonassi***



EMIGRANTE

*En la mano una maleta...
en tu interior el miedo.
Un pasaporte en el bolsillo,
en el otro unas monedas
y en el corazón
el deseo de trabajo,
tu equipaje completo.
Tu fuiste dejando raíces,
llegas buscando futuro.
Comienza a caminar,
que ahora... con dolor...
naces de nuevo.*

(Elizabeth, 14 años. Chilena)

1. TRAÇOS DA MOBILIDADE NA AMÉRICA DO SUL

Quando se fala hoje em migrações, em virtude de certos fatos novos e de grande significação que vêm ocorrendo, tais como os deslocamentos do Sul do planeta em direção ao Norte, ou do Oriente em direção ao Ocidente, há uma tendência em minimizar e/ou até mesmo esquecer outros dados da realidade migratória.

Referimo-nos aqui, às migrações em nível do continente sul-americano, e mais particularmente à imigração de hispano-americanos para o Brasil.

A América Latina, de um modo geral, constituiu-se antes do século XIX, em meta de três correntes migratórias bem definidas: a espanhola, a portuguesa e a africana. Após a independência, tanto o Brasil como as demais nações ibero-americanas, abriram suas fronteiras para os povos europeus de um modo geral, com novas políticas de migração.

Entre as motivações que reorientaram o novo afluxo de imigrantes, podem-se destacar as seguintes: introdução do modelo da pequena propriedade rural voltada para o abastecimento do mercado interno; ocupação dos territórios vazios, principalmente nas áreas de fronteira, por motivos de segurança; introdução de uma nova componente étnica; e, no caso do Brasil, a substituição da mão-de-obra escrava nas fazendas de café. Tratava-se, portanto, de uma migração desejada e regulamentada por uma legislação específica. O mesmo não aconteceu com as migrações intracontinentais.

Quando cessaram as correntes migratórias provenientes da Europa, intensificaram-se os movimentos de população entre os países limítrofes da própria América do Sul, porém de forma desorganizada e sem o amparo da lei, a qual fora elaborada para atrair um tipo específico de migrante - o europeu.

Certamente as migrações intracontinentais foram uma constante na América do Sul, todavia os movimentos ganharam impulso a partir dos anos 60 em virtude dos seguintes fatores:

- A cessação da corrente migratória proveniente da Europa;

- A prosperidade econômica relativa de algumas nações que se industrializavam progressivamente de maneira mais intensa que outras, em particular a Argentina, o Brasil e a Venezuela;

- A criação de uma infra-estrutura de transporte; até a primeira metade do século XIX este era mais desenvolvido entre cada uma das nações da América do Sul e a própria Europa, dificultando enormemente a locomoção entre uma nação latino-americana e outra. Quando surgem as estradas, esta situação se altera, pois facilita a mobilidade dentro do próprio continente;

- E, por fim, a implantação de governos autoritários em várias nações, fato que provocou o fenômeno dos refugiados políticos.

Foto: Rita Bonassi



Destaque-se ainda, que as migrações intracontinentais assumem diferentes modalidades, quais sejam: migrações temporárias; migrações fronteiriças; migrações permanentes para áreas agrícolas; migrações para a cidade, bem como migrações de retorno.

Entre as nações que mais recebem migrantes, continuam se destacando a Argentina, o Brasil e a Venezuela, embora, com maior ou menor intensidade, existam migrações em todas as fronteiras das nações sul-americanas. É comum também o fato de uma nação se constituir ao mesmo tempo em receptora e expulsora de mão-de-obra.

2. OS HISPANO-AMERICANOS NO BRASIL

No passado, o Brasil foi o porto de desembarque de grandes levadas de imigrantes, provenientes das mais diversas localidades e continentes. Primeiro vieram os portugueses; depois, trazidos na peia, os africanos; mais tarde os europeus e a seguir os asiáticos. As marcas dos imigrantes estão presentes por toda a parte.

Mais recentemente, as migrações internas revestiram-se de tal magnitude que praticamente ofuscaram o rosto dos novos imigrantes. Mas, embora em menor número, eles chegaram a continuar chegando. Vamos nos referir

aqui apenas aos hispano-americanos presentes no Brasil, vindos quase que exclusivamente dos países da América do Sul.

Inexistem estatísticas oficiais exatas, pois é forte a presença de ilegais. Sabe-se, porém, que são milhares. Há quem estime o seu número em um milhão de imigrantes.

Sabe-se também que a maior concentração ocorre nas cidades de São Paulo e Porto Alegre, além de estarem presentes em outras cidades como Rio de Janeiro, Curitiba, Campo Grande, Belo Horizonte, Recife e Salvador... Outros pólos de forte presença são as cidades brasileiras fronteiriças, como Foz do Iguaçu, no Paraná e Corumbá, no Mato Grosso do Sul, apenas para citar dois exemplos.

Na cidade de São Paulo predominam os chilenos, calculados por volta de 150 mil, seguidos pelos bolivianos, aproximadamente 100 mil, vindo a seguir os paraguaios, argentinos e uruguaios. Ultimamente tem-se notado a chegada de peruanos, colombianos, equatorianos e venezuelanos, na sua maioria jovens.

Em termos de retorno, as avaliações tornam-se ainda mais difíceis, mas à exceção de vários casos de chilenos e paraguaios que se sabe que retornaram, não parece ser este um dado significativo.

Mas se os números são ocultos, os problemas enfrentados pelos hispano-americanos em nosso país não o são, pelo menos para nós que trabalhamos junto aos mesmos. Deixando de lado o macroproblema do mercado de trabalho que afeta a todo o continente latino-americano, o maior problema enfrentado por esses imigrantes é sem dúvida o da ilegalidade. A partir deste é que decorrem tantos outros, conforme passamos a relatar.

3. O ROSTO DOS AUSENTES

Jorge, peruano, 21 anos, todo dia às 23h começa a trabalhar na separação e distribuição de jornais, só terminando ao amanhecer.

"Aceitei este trabalho porque não encontrei um quarto para dormir à noite, ninguém me aceitava sem o documento brasileiro. Com o dinheiro que recebo diariamente - entre 800 e 1000 cruzeiros - um dia como e no outro pago uma vaga numa pensão para dormir. Não é a vida que eu esperava; vim para São Paulo pensando em me inscrever na faculdade e trabalhar. Lá no Peru não dá mais, há 70% de desempregados".

Alguns chilenos, após a instauração da "democracia tutelada", regressaram ao Chile. A maioria, porém, permaneceu no Brasil, visto que 2/3 da população daquele país encontram-se à margem do progresso. Muitos são profissionais, técnicos, engenheiros, mecânicos, eletricitas etc, mas grande parte deles não possui documento brasileiro, o que os torna ilegais. Desta forma, como tantos outros, para sobreviver aceitam qualquer trabalho. Há os que trabalham como autônomos, como artesãos, e outros unem-se a contrarêneos seus já estabelecidos como ajudantes enquanto aguardam oportunidade melhor.

Carlos, argentino, 22 anos, sobrevive fazendo mímicas na rua.

"Chamam-me de louco - diz ele - quando começo as mímicas. Lá na Argentina eu fazia isso normalmente nos fins de semana. Aqui faço para poder me manter. Sem documento aqui ninguém quer me dar serviço, eu sou desenhista. Sinto-me amarrado, como um preso, mesmo estando em liberdade..."

De acordo com a lei, o estrangeiro

que vem para o Brasil recebe na fronteira um visto de entrada como turista, válido por 90 dias. O que vem ocorrendo, ultimamente, é que a maioria recebe um visto de permanência de apenas 30 dias, quando não inferior, o qual deve ser renovado antes do seu vencimento para evitar ao estrangeiro tornar-se um ilegal.

Na primeira vez, pode-se pedir a prorrogação na Polícia Federal mediante o pagamento de uma taxa e a apresentação, além do passaporte, dos motivos da estadia suplementar, bem como comprovação dos meios de subsistência e exibição da passagem de retorno. A maioria dos imigrantes não opta por esta possibilidade para não identificar-se, evitando assim possível fiscalização futura por parte da Polícia Federal.

Até mais recentemente, uns três ou quatro anos atrás, ou seja, quando a Polícia de Fronteira emitia regularmente vistos com prazo de 90 dias, os imigrantes retornavam até a fronteira, saíam do país e ingressavam novamente com um novo visto de turista. Mas agora, com a diminuição do prazo, não é mais possível enfrentar este vaivém constante, em especial por falta de recursos, e a maioria cai logo na ilegalidade. Além do mais, o visto de turista proíbe o exercício de trabalho remunerado.

Quem for descoberto pela Polícia Federal com o visto vencido ou trabalhando ilegalmente, além de receber uma pesada multa, tem um prazo de oito dias para deixar o país. Para os que não possuem comprovante de visto de entrada (os clandestinos), além da multa recebem um prazo de apenas três dias para deixar o país. No caso dos empregadores que dão trabalho aos ilegais, a multa é muito mais pesada.

Toda esta situação que joga milhares de imigrantes na ilegalidade, faz com que eles vivam uma extrema provisoriamente quer no trabalho, quer na moradia, sujeitando-os, na maioria dos casos, a qualquer tipo de serviço, vivendo intranqu岸os e sob o signo da angústia psicológica que provoca o fechamento pelo medo de serem descobertos.

"Minha esposa nunca sai por medo de ser identificada" (Fernando, boliviano);

"Parece-me ser um criminoso que foge da polícia..." (Oscar, argentino);

"Quando alguém bate na nossa porta,

logo penso na polícia que pode nos pedir os documentos" (Patrícia, chilena);

"Quando vejo um policial na rua, logo dobro a primeira esquina ou me viro e olho para uma loja, o coração batendo forte" (Elizabeth, chilena);

"É crime trabalhar neste país?" (Samuel, peruano);

"Outro dia no ônibus assisti a um roubo. Chamaram a polícia e levaram um jovem que gritava sua inocência. Eu tinha visto... não foi aquele jovem, mas calei, sou um ilegal. Senti-me um covarde..."

Conseguir o visto definitivo, o direito de permanecer, de não ser mais "presentes ausentes", é o grande sonho do imigrante ilegal. Mas há muitos reveses na trajetória dos que tentam realizar este sonho:

"Tenho a carteira fria - diz Miguel - e não durmo à noite pensando em ser descoberto... Mas não tinha outra chance, não podia voltar ao meu país... Fui obrigado a driblar a lei para estar dentro da lei..."

"Vieram nos buscar em casa, lá na Bolívia, prometeram um bom trabalho, casa e dinheiro, mas aqui somos tratados como escravos"

"Entreguei meu dinheiro, em dólares, para um despachante que prometeu conseguir logo o documento brasileiro para toda a nossa família. Cada vez que chamava por telefone dizia sempre "amãhã"... Ele sumiu sem deixar endereço"

De acordo com a Lei dos Estrangeiros, em vigor desde 1980, a permanência definitiva, com direito ao trabalho, é facultada ao imigrante cujo cônjuge seja brasileiro, ou ao casal estrangeiro que tenha um filho brasileiro.

Assim sendo, há os que se apressam em casar, sobretudo jovens.

"Casamos por causa do documento, mas não estamos indo bem...", fala Jorge, chileno.

No caso dos casais, há os que decidem optar por um filho brasileiro, mesmo estando em situação precária e já tendo vários filhos.

Mas a tramitação de um pedido de permanência nestes casos é demorada e a lista dos documentos exigidos muda com frequência, desanimando os mais desprovidos de recursos. Há processos de pedidos de permanência encaminhados desde 1984 e até hoje não foram deferidos.

Quem encaminha este pedido facultado pela lei, recebe um protocolo, que

porém não dá ainda o direito ao trabalho remunerado. Muitos imigrantes, nessas condições continuam impossibilitados por anos ao exercício de uma profissão legalizada. Além do mais, a Polícia Federal realiza sindicância nos endereços fornecidos por esses imigrantes, visando comprovar se os mesmos vivem com o cônjuge e/ou filho brasileiro. Acontece, por vezes, que pela provisoriedade em que vivem, mudam de serviço e de residência. A polícia, não os encontrando, remete o processo para Brasília com parecer negativo. É o imigrante que aguardou meses, e até anos, acaba recebendo a notícia do indeferimento de seu pedido, mesmo tendo legalmente direito à permanência.

Outro fato digno de menção diz respeito à última anistia concedida aos estrangeiros pelo governo, em 1988. Esta anistia possibilitava aos ilegais obter um registro provisório por dois anos, com direito ao trabalho, renovável por mais dois anos para em seguida obter o visto de permanência definitiva. Alguns conseguiram beneficiar-se nesta oportunidade, entretanto, a maior parte não!

Alguém, menos informado, poderá dizer: mas então não há porque chorar! Não é bem assim. Vários fatores contribuíram simultaneamente para que a maioria dos ilegais permanecesse na mesma situação: o prazo dado foi exíguo; a divulgação por parte dos Meios de Comunicação Social foi muito fraca; as taxas cobradas eram elevadas e, por parte de muitos ilegais houve retração e medo. Diz um ditado popular que cachorro escaldado com água quente tem medo da fria! Ou seja, muitos, escaldados pelas ditaduras, preferiram ficar com um pé atrás.

Juan, chileno, 28 anos, estudante da área de Processamento de Dados, não dispunha de dinheiro para pagar os exames requeridos para a prorrogação da carteira provisória que lhe permitiria trabalhar.

"Eu já me sentia em família no Brasil - dizia - mas quando fui à Polícia Federal, tiraram a minha carteira vencida, me deram uma multa e um prazo de oito dias para deixar o país. Senti que não era da família, era estrangeiro! A Polícia ignora motivos humanitários".

Outro grave problema enfrentado pelas famílias em situação ilegal, com

Foto: Cláudio Ambrósio



filhos em idade escolar, é a impossibilidade de matriculá-los nas escolas. Mas não são apenas as crianças que se deparam com esta dificuldade, os jovens que queiram estudar ou fazer um curso no Brasil, não podem se inscrever em qualquer instituto sem o visto de estudante. Como o mesmo só é emitido através do Consulado Brasileiro no país de origem ou num próximo, isto representa um ônus financeiro ao qual a grande maioria dos jovens que deixam seus países na esperança de aqui poderem aperfeiçoar-se profissionalmente, não conseguem fazer frente.

"É o documento que dá dignidade à pessoa?" desabafa Juan!

E quantos pais não repetem: *"todas as crianças, sem distinção, não têm o direito à instrução obrigatória? Que culpa têm elas de nascer num ou noutro país, de ter este ou aquele pai? Que culpa têm elas se nós, os adultos, estabelecemos fronteiras entre nós?"*.

4. SINAIS DE SOLIDARIEDADE

"No me llares extranjero"
- dizia um jovem a outro jovem -
"soy tu hermano!".

No Brasil, onde a lei discrimina o estrangeiro, onde ainda é muito débil, quando não inexistente a cons-

ciência de sermos latino-americanos, há sinais de solidariedade concreta que vão ao encontro dos desejos expressos na frase acima.

Em diversos Estados, em especial onde é maior a concentração dos hispano-americanos, há Centros de Acolhida dos Imigrantes, como em São Paulo, Porto Alegre, Caxias do Sul, Foz do Iguaçu, Campo Grande, Manaus..., sob a responsabilidade das irmãs e padres carlistas.

Além das ajudas emergenciais aos mais necessitados, o trabalho vai desde a assessoria jurídica até a criação de espaços que possibilitem aos imigrantes uma convivência solidária entre si e com a comunidade que os acolhe.

Mais recentemente, a CNBB-Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, através do SPM-Serviço Pastoral dos Migrantes, vem desenvolvendo um trabalho de coordenação e animação junto a esses nossos *hermanos*.

Por fim, cite-se ainda o trabalho desenvolvido por juristas, advogados e pessoas ligadas às organizações na área dos Direitos Humanos.

* Cláudio Ambrósio é padre, formado em Sociologia, e diretor do Centro Pastoral dos Migrantes N. Sra. da Paz/SP.

** Mário Geremia é padre e coordena o Setor de Atendimento aos Estrangeiros no Centro Pastoral dos Migrantes N. Sra. da Paz/SP.

*** Rita Bonassi é Missionária Secular Escalabriniana e atua junto aos hispano-americanos em São Paulo.

RELATO DE EXPERIÊNCIA



Foto: Comitê de Solidariedade ao Povo de El Salvador

OS REFUGIADOS NA AMÉRICA CENTRAL ⁽¹⁾

Gabriela Rodríguez P. *

1. Alguns dados da realidade

Nos anos 80, em virtude dos conflitos bélicos existentes na América Central, um grande número de centro-americanos teve que emigrar de seus países de origem para outros países vizinhos da região. Tais populações caracterizam-se, principalmente, pelo fato de serem camponeses pobres, analfabetos em sua maioria, e por fugirem da repressão e da violência interna desencadeada em seus países.

Guatemala, El Salvador e Nicarágua foram os países que geraram a maior quantidade de refugiados, os quais tiveram que deixar seus países de origem. Existem também os “desplazados” internos, pessoas que tiveram que deixar seu lugar de origem para deslocar-se até outras zonas consideradas mais seguras dentro de seus próprios países. Todo esse movimento migratório externo e interno fez com que em março de 1991 existisse um volume de 876.000 pessoas “desplazadas” internas e 1.255.384 refugiados (Cf. CIREFCA) na América Central e México. Tenha-se em conta que Costa Rica, Belize e México não contam com “desplazados” internos; são por sua vez, países receptores de refugiados. Da cifra de refugiados anteriormente mencionada, 89% são indocumentados ou refugiados não reconhecidos, restando somente 11% de refugiados com status reconhecido. México possui 446.000 refugiados, dos quais só 10% recebem acompanhamento oficial. Em sua maioria são de origem guatemalteca, constatando-se também grande quantidade de salvadorenhos. Na América Central, Costa Rica é o país que conta com o maior número de refugiados, 290.767, dos quais apenas 14% têm status de refugiados, ou seja, 86% são indocumentados, sendo a grande maioria nicaragüense (Cf. Castro J. Pacheco G. *Panorama del Fenomeno Centroamericano*, CSUCA, 1991, mimeo).

Tendo em conta que estes são dados gerais e aproximados, na medida em que a população

indocumentada não é facilmente quantificável, observamos que o fenômeno dos refugiados numa região relativamente pequena em população - aproximadamente 23 milhões de habitantes - é um problema de grandes proporções, o qual atinge mais de 9% da população total da América Central.

Independente disso, há o problema da extrema pobreza na região, bem como os regimes neoliberais que governam atualmente, os quais, através de programas de “Ajuste Estrutural”, e respondendo aos interesses do Fundo Monetário Internacional, fazem com que os pobres fiquem cada dia mais pobres e os ricos cada dia mais ricos.

Com isso, a situação real de extrema pobreza e de sofrimento dos refugiados na América Central não mudou. Aparentemente, os processos oficiais da democratização propiciaram um estado de paz para a região, mas persistem as causas que induzem as pessoas a refugiar-se ou a sair do país. Vemos então que o perfil do refugiado centro-americano corresponde em sua maioria a um perfil histórico de pobreza e de violação dos direitos humanos, com deslocamentos contínuos e repetidas fugas. Não podemos comparar esta grande quantidade de refugiados com os refugiados políticos, apesar de que na década de 80, a partir de fora, se tenta ou se tentou dar-lhes esta conotação. Assim é o drama humano de milhares e milhares de pobres camponeses, indígenas e marginalizados que, não tendo a possibilidade de construir projetos de vida dignos em seu lugar de origem, têm em comum o sofrimento.

Na América Central dos anos 80 foram gerados milhares de refugiados e “desplazados”, não mudando substancialmente o problema humano de salvadorenhos, guatemaltecos e nicaragüenses. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados está implementando neste momento os mais intensos programas de repatriação. Os que trabalhamos com fins humanitários, em meio aos refugiados e aos setores populares, estamos conscientes de que a melhor solução para um refugiado é a repatriação, porém o problema com o qual nos de-

frontamos hoje é muito complexo: os refugiados estão deixando de ser considerados como tais, para passar a engrossar as grandes listas de *indocumentados*. As cifras que mencionamos nos parágrafos anteriores são muito claras. Pois bem, independentemente dos números, creio que o mais importante é o problema humano dos milhares e milhares de refugiados e "*desplazados*" na América Central. No âmbito da perda de identidade, encontramos gente com problemas de língua, como os miskitos e outros grupos étnicos guatemaltecos. Porém, o grande número de pessoas refugiadas e "*desplazadas*" não sofre severos problemas de aculturação, como poderia acontecer caso se trasladassem para países do hemisfério norte.

2. Uma experiência de trabalho

No meu caso particular, faz nove anos que trabalho com uma equipe interdisciplinar atendendo refugiados na América Central. Consideramos a interdisciplinariedade de vital importância para esse trabalho. Não é possível isolar o problema das pessoas, grupos e comunidades inteiras que historicamente têm sido reprimidas e maltratadas por programas assistenciais considerados modelos. O problema do assistencialismo dos primeiros cinco anos de trabalho com os refugiados (1980-85) provocou danos profundos de dependência e processos regressivos em grande parte da população. Por um lado, tivemos experiências muito positivas, mas por outro, o fato de manipular indiscriminadamente doações dos programas das Nações Unidas (ACNUR) e de outros organismos internacionais desencadeou na década que estamos iniciando uma grande mudança *Política* por parte dos que decidem sobre os programas. Considerando que, humanamente falando, durante muitos anos as pessoas e respectivos programas foram tratados como prioritários, hoje, de acordo com estratégias das próprias Instituições Internacionais, tudo muda. Mudam as circunstâncias externas, e as mesmas pessoas, pobres e migrantes, deixam de ser chamadas de *refugiados* e passam a ser consideradas migrantes econômicos, e com isso são excluídas da prioridade de qualquer programa.

O trabalho com os refugiados centro-americanos, desde o início, foi centralizado nas zonas rurais, semelhantes a seus lugares de origem. Nos primeiros cinco anos lutamos contra as *ajudas de emergência*, considerando mais importante a dignidade do refugiado mediante seu trabalho. Trabalhamos especificamente na Costa Rica com refugiados salvadorenhos, nicara-

guênses e guatemaltecos. Atuamos em coordenação com instituições e organismos de toda a América Central, especificamente com refugiados e "*desplazados*". O trabalho com refugiados, se podemos dizer assim, concentrou-se em grupos, comunidades rurais produtivas, grandemente voltadas a um projeto de vida para toda a América Central, sem excluir o trabalho que paralelamente se desenvolve de modo específico, no que se refere à saúde mental das pessoas afetadas pela violência organizada. Neste aspecto, consideramos que os modelos de abordagem em atenção aos refugiados centro-americanos no que se refere à saúde mental não podiam ser enfocados somente a partir de um ponto de vista clínico ou de denúncia contra os Direitos Humanos. A atenção ao refugiado é considerada a partir do ponto de vista integral e complexo em que a problemática psico-social é incorporada ao trabalho produtivo, educativo e jurídico, no âmbito da vida dessas pessoas. Levando-se em conta que o trauma provocado pela guerra na América Central é um trauma que abarca toda a vida das pessoas envolvidas, não podemos dar respostas focalizadas nem parciais, dada a complexidade do problema.

O trabalho em equipes interdisciplinares inclui profissionais de diferentes disciplinas, os quais, buscando dar uma dimensão integral à solução dos problemas, contribui cada qual com sua parte. Este modelo, que consideramos adequado, passa por uma constante revisão metodológica, onde os modelos abstratos e alheios à realidade são descartados.



Foto: Comitê de Solidariedade ao Povo de El Salvador

3. Perspectivas e desafios

A partir de um enfoque multidisciplinar, com uma metodologia integrada em seus aspectos psico-sociais e técnicos, temos como meta a reabilitação das vítimas da guerra através de sua incorporação ao trabalho, no sentido de conseguir uma verdadeira dignificação dos refugiados mediante o trabalho produtivo, bem como conseguir a auto-subsistência psico-social e econômica. Nesse contexto é que se trabalha com os refugiados e os setores populares. Pois bem, o problema que enfrentamos na América Central com a abordagem de todas essas temáticas é complexo. Os próprios profissionais recém saí-

dos das universidades muitas vezes encontram dificuldades para trabalhar em termos que possam romper com as estruturas academicistas de que provêm. É aqui onde o fator compromisso começa a jogar um papel relevante, em que o profissional deve libertar-se de estruturas tradicionais, que muitas vezes revelam sua insegurança em tratar de realidades tão complexas, as quais demandam uma sensibilidade e solidariedade específicas, dada a alta vulnerabilidade que apresenta a população.

O fenômeno dos refugiados na América Central, hoje, em abril de 1991, tem um perfil que tende a se configurar nos setores oficiais como o momento talvez mais difícil de enfrentar, uma vez que diminui fortemente a ajuda internacional. No entanto, embora o problema



Foto: Comitê de Solidariedade ao Povo de El Salvador

bélico não esteja tão presente, salvo em El Salvador e na Guatemala com sérias violações dos Direitos Humanos, a situação se mantém em muitos aspectos, mudando porém as políticas e o interesse pela ajuda a essas pessoas.

Esta é a situação em que nos encontramos atualmente, na América Central. As organizações não governamentais que trabalham com os refugiados, "desplazados", "retornados" e indocumentados, associam-se em um grande esforço regional e nacional nos países centro-americanos, no sentido de buscar soluções dignas desde o ponto de vista do desenvolvimento integral; soluções a longo prazo, sem assistencialismos, conscientes de que a prioridade é a repatriação, entendida porém como retorno. Nesta perspectiva, coordenamos ações através das organizações não governamentais, partilhando pontos de vista interdisciplinares, onde o refugiado é sujeito ativo de suas próprias decisões.

Finalmente, consideramos de grande importância o fato de dar a conhecer o verdadeiro problema dos refugiados e "desplazados" na América Central. O problema da miséria, da violação dos Direitos Humanos, do sofrimento das pessoas que deixaram seus lugares de origem e se viram obrigadas a deslocar-se - tudo isso continua. As políticas neoliberais, as exigências do Fundo Monetário Internacional con-

tinuam gerando pobreza e miséria. O problema migratório continua com suas duas variáveis principais: a extrema pobreza e o trauma da guerra. Essa é a nossa realidade, hoje, na América Central.

Talvez já não se lhes chame refugiados da guerra na América Central, mas a verdade é que se continua a produzir os problemas que originaram essas migrações forçadas.

As soluções ao problema dos refugiados e "desplazados" na região não podem esperar. Devemos envidar todos os esforços conjuntos possíveis para solidarizar-nos com eles. Os milhares de refugiados, "desplazados" e indocumentados são pessoas que sofrem a perda constante de coisas preciosas a cada um, tais como: seu país, seus bens, seus costumes, sua linguagem, suas terras. As soluções, portanto, deverão respeitar continuamente sua cultura, sua religião, sua ética, sua identidade.

(1) Este artigo foi traduzido do original espanhol por Sidney da Silva.

* Gabriela Rodríguez P. é Psicóloga Social; coordenadora da Equipe Interdisciplinar que trabalha com os refugiados centro-americanos - El Productor - em São José da Costa Rica; membro da equipe centro-americana de Trabalho Psico-social e desde 1982 atua junto às populações refugiadas e aos povos indígenas na América Central.

EVENTO

SEMANA SOCIAL BRASILEIRA

Data: 03 a 08 de novembro de 1991

Local: Instituto Israel Pinheiro - Brasília/DF

Tema: Mundo do Trabalho - Desafios e Perspectivas no Brasil Hoje

Promoção: CNBB - Setor Pastoral Social

Participantes: Pessoas envolvidas com a questão do Mundo do Trabalho

Informações: Fone - (061) 225.2955
CNBB - Setor Pastoral Social (vagas limitadas)

LANÇAMENTO

ESPINHOSO CAMINHO PARA A LIBERDADE Conflitos no Campo - 1990

CPT - Comissão Pastoral da Terra,
Ed. Loyola, 1991, 64 pp.

A CPT, mais uma vez, num trabalho minucioso, sério e comprometido, oferece ao público o relatório anual sobre os Conflitos no Campo, desta vez referente ao ano de 1990. Trata-se de uma fonte rica (e triste) de informações acerca da realidade enfrentada pelos trabalhadores rurais e camponeses em geral do Brasil.

Esta publicação você não pode deixar de adquirir.

Maiores informações: CPT - Caixa Postal: 749
CEP 74000 - Goiânia - GO - Fones: (062)
223.4039 / 224.4436 - Telex: (062) 2605-PTTC-BR

**REVISTAS PUBLICADAS PELA FEDERAÇÃO DOS CENTROS
DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS "J.B. SCALABRINI"**

ACONTECER MIGRATÓRIO

Bimestral do CEPAM

Apdo. 51480

Caracas 1050-A

VENEZUELA

(02) 924.463

ASIAN MIGRANT

Bimestral do SMC

PO Box 10541, Broadway Centrum

Aurora Bd.

Quezon City 3001

FILIPINAS

721.7098

DOSSIER EUROPA EMIGRAZIONE

Mensal do CSER

Via Dandolo, 58

00153 Roma

ITALIA

(06) 580.9764/589.7664

ESTUDIOS MIGRATORIOS

LATINOAMERICANOS

Trimestral do CEMLA

Av. Independencia, 20

C. C. 4580

1099 Buenos Aires

ARGENTINA

(01) 331.0832/34.6749

**INTERNATIONAL MIGRATION
REVIEW**

Trimestral do CMS

209 Flagg Place

Staten Island, N.Y.. 10304

U.S.A.

(718) 351.8800

**MIGRACIONES INTERNACIONALES
EN LA AMERICAS**

Anual do CEPAM

Apdo. 51480

Caracas 1050-A

VENEZUELA

(02) 924.463

MIGRATION MONITOR

Trimestral do CMSS

PO Box 913

Darlinghurst, N.S.W. 2010

AUSTRALIA

(02) 212.1606

MIGRATIONS SOCIETE

Bimestral do CIEMI

46, rue de Montreuil

75011 Paris

FRANÇA

(1) 43724934/43720140

MIGRATION WORLD

Bimestral do CMS

209 Flagg Place

Staten Island, N.Y. 10304

U.S.A.

(718) 351.8800

**RESEÑA DE PRENSA
SOBRE MIGRACION**

Trimestral do CEMLA

Av. Independencia, 20

C.C. 4580

1099 Buenos Aires

ARGENTINA

(01) 331.0832/34.6749

**STUDI EMIGRAZIONE /
ETUDES MIGRATIONS**

Trimestral do CSER

Via Dandolo, 58

00153 Roma

ITALIA

(06) 580.9764/589.7664

TRAVESSIA - Revista do Migrante

Quadrimestral do CEM

Rua Vasco Pereira, 55

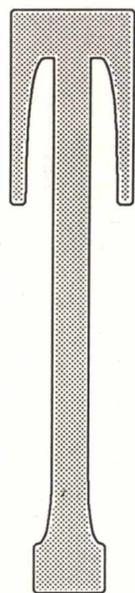
Liberdade

01514 São Paulo - SP

BRASIL

(011) 278.6227

SEJA UM COLABORADOR

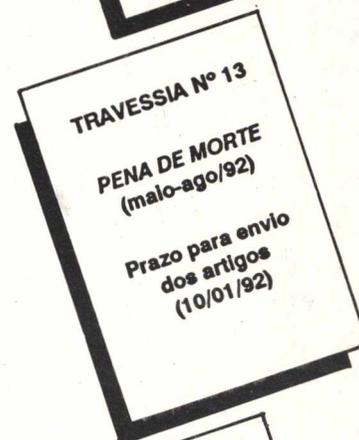
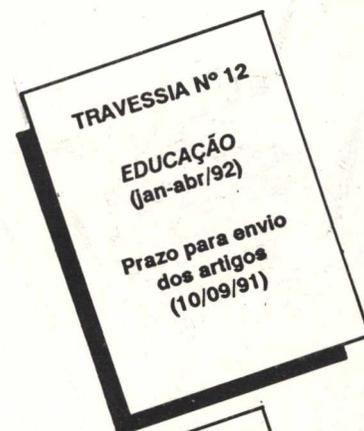


Travessia está aberta à publicação de artigos de pesquisadores e estudiosos que analisam a realidade em que o migrante está envolvido, a partir dos diferentes ramos do conhecimento: social, político, cultural, econômico, antropológico, educacional etc...

A revista destina-se, fundamentalmente, a um público intermediário; quer ser uma ponte entre a produção acadêmica e a produção popular. Se for do seu interesse, envie artigos para a redação, obedecendo aos seguintes quesitos:

- . Os artigos devem enquadrar-se, na medida do possível, dentro do tema geral de cada número, previamente anunciados;
- . Clareza de linguagem e simplificação dos conceitos;
- . Os artigos devem ser inéditos;
- . Máximo de 10 laudas de 20 linhas com 70 toques;
- . Breve identificação do autor e endereço com telefone para eventuais contatos;
- . Obedecer aos prazos para envio das matérias, conforme estipulado ao lado.

PRÓXIMOS LANÇAMENTOS



PARA ANA WELFORT (trechos)

Lourdes Casal *

Ana, apesar de tudo, Nova Iorque é o meu lar.
Sou fiel a este lar conquistado.
Por esta relação de amor com Nova Iorque,
sinto-me estrangeira em qualquer outro lugar.

Tão orgulhosa dos odores que nos assaltam
nas ruas de West Side
Do cheiro da maconha, da cerveja,
do xixi de cachorro
Da vitalidade selvagem da música de Santana
que nos pega de surpresa,
vinda dos alto-falantes que balançam precariamente
nas esquinas, nas saídas de emergência...

Mas não nasci em Nova Iorque
Não passei aí a minha infância.
Não foi aí que experimentei as primeiras certezas.
Não encontro aí a esquina onde primeiro caí.
Nem escuto aí os assobios que me acompanhavam

quando conquistei a rua.
Tudo isso me vem de Havana.
Por tudo isso, creio,
sempre viverei à margem.
Serei sempre uma estranha entre estas rochas
Mesmo sob um sol amigo de um dia de verão.

Em qualquer lugar que esteja,
Serei sempre a estrangeira,
Mesmo quando voltar à cidade de minha infância.
Para Havana levarei esta marginalidade,
imune a qualquer retorno.
Sou muito 'habanera' para ser novaiorquina,
E já sou muito novaiorquina para ser,
ou me tornar, de novo, qualquer outra coisa.

(Original em inglês, in Mortimer e Bryce-Laporte (1981,364.482),
"Female Immigrants to the United States: Caribbean, Latin American
and Africa Experiences". RIIES Occasional Papers n. 2, Washington).

* Lourdes Casal, uma cubana que viveu nos EUA, foi pesquisadora, literata, fundadora da revista Areito em Nova Iorque. Desenvolveu trabalho na área de direitos humanos em favor da Revolução cubana nos EUA, enfrentando ataques diretos e hostilidades diversas. Lourdes foi enterrada no panteão de heróis em Havana (1981).